



**GOVERNADORA DO ESTADO**

Yeda Rorato Crusius

**VICE-GOVERNADOR**

Paulo Afonso Girardi Feijó

**PROCURADORA-GERAL DO ESTADO**

Eliana Soledade Graeff Martins

**SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**

José Francisco Mallmann

**SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA**

Aod Cunha de Moraes Junior

**SECRETÁRIO DE ESTADO DAS OBRAS PÚBLICAS**

Jesus Humberto Coffi Rodrigues

**SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E AGRONEGÓCIO**

João Carlos Fagundes Machado

**SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO E DOS ASSUNTOS**

**INTERNACIONAIS**

Nelson Luiz Proença Fernandes

**SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**

Mariza Vasques de Abreu

**SECRETÁRIO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO**

Ariosto Antunes Culau

**SECRETÁRIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO**

**E DOS RECURSOS HUMANOS**

Maria Leonor Luz Carpes

**SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE**

Osmar Gasparini Terra

**SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA E DO**

**DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

Fernando Luís Schüler

**SECRETÁRIO DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA**

Daniel de Moraes Andrade



**SECRETÁRIA DE ESTADO DA CULTURA**

Mônica Leal Markusons

**SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

Paulo Schuller Maciel

**SECRETÁRIO DE ESTADO DO TURISMO, ESPORTE E LAZER**

Luis Augusto Barcellos Lara

**SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**

Carlos Otaviano Brenner de Moraes

**DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO**

Maria de Fátima Záchia Paludo

**SECRETÁRIO EXTRAORDINÁRIO PARA ASSUNTOS DA CASA CIVIL**

Luiz Fernando Salvadori Záchia

**CHEFE DA CASA MILITAR**

Cel. Dalmo Itaboraí dos Santos do Nascimento

**SECRETÁRIO EXTRAORDINÁRIO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL**

Paulo César Castanheiro Coelho

**SECRETÁRIO DE ESTADO DE HABITAÇÃO,  
SANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO**

Marco Aurélio Soares Alba

**SECRETÁRIO EXTRAORDINÁRIO DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS**

Celso Bernardi

**SECRETÁRIO EXTRAORDINÁRIO DA IRRIGAÇÃO E  
USOS MÚLTIPLOS DA ÁGUA**

Rogério Porto

**PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO**

Marco Antonio Barbosa Leal

**PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Dep. Frederico Antunes

**PROCURADOR-GERAL DA JUSTIÇA**

Dr. Mauro Henrique Renner

**PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**

Cons. João Luiz dos Santos Vargas



# **MENSAGEM**



Senhor Presidente:

Ao enviar à Egrégia Assembléia Legislativa a Proposta Orçamentária para 2008 – a primeira deste Governo –, cumpro não apenas um dever constitucional, mas o compromisso deste Governo de, com transparência e determinação, enfrentar os problemas estruturais do Rio Grande. É a proposta de um encontro tanto com a verdade das nossas finanças como com os possíveis rumos do nosso futuro. A verdade das contas públicas estaduais está totalmente expressa na presente proposta orçamentária, que apresenta de modo realista o quadro de despesas e receitas do Tesouro para o ano de 2008, para o qual está previsto um déficit de R\$ 1,3 bilhão, resultado de receitas totais de R\$ 21,3 bilhões e de despesas totais de R\$ 22,6 bilhões. O encontro com o nosso futuro está nas decisões que tomaremos a partir dessa realidade, pois a redução da capacidade do Estado de realizar novos investimentos e prestar serviços públicos de qualidade não ameaça apenas o amanhã do setor público estadual, mas também o de todos os gaúchos. É hora de o Rio Grande do Sul enfrentar com coragem a crise financeira com suas próprias forças para voltar a ser o senhor do seu destino.

Nos últimos 36 anos, a existência de déficit não significou falta de recursos para o pagamento de despesas básicas, porque o Estado recorreu a diversas formas de financiamento. A principal delas foi o endividamento, alternativa que explica a atual dívida do Estado de mais de R\$ 34 bilhões. É a maior dívida, em relação à receita líquida, entre os 27 Estados brasileiros. Esgotada a alternativa do endividamento, o Estado utilizou-se da inflação – adiando reajustes de seus gastos – da venda de patrimônio e do Caixa Único. Hoje, não há outro caminho senão o de equilibrar as contas públicas. Ter déficit significa não ter dinheiro para garantir a qualidade dos serviços na educação, na saúde, na segurança e na justiça. Significa não ter recursos para investir em estradas e na infra-estrutura da economia gaúcha, significa a necessidade de parcelamento da folha do funcionalismo.

Ao Excelentíssimo Senhor Deputado **Frederico Antunes**

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul

Nesta Capital

Nada mais falso do que imaginar que a economia privada e o desenvolvimento do Estado poderão ter um bom desempenho com um setor público em crise de financiamento. Isso poderá ser verdadeiro em um ou outro ano isoladamente, mas jamais quando

consideramos vários anos em seqüência. Já há indicadores que alertam para os riscos de uma economia gaúcha com menor capacidade futura de competir e gerar empregos. Já fomos o segundo, hoje somos o quarto colocado no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) entre os Estados brasileiros. Já tivemos a melhor educação do País, hoje não temos mais. Caímos para o quarto e sexto lugares na avaliação da quarta e oitava séries. No Indicador de Competitividade Estadual, o nosso pior índice de avaliação é o de infra-estrutura.

Esta Proposta Orçamentária mostra com clareza a insuficiência das atuais fontes de recursos públicos para atender, como deveria, às legítimas demandas da sociedade rio-grandense. Exemplo da disparidade estrutural entre receitas e despesas do setor público gaúcho é a comparação entre gastos com aposentadorias e arrecadação de ICMS. Por ter constituído no passado uma ampla e qualificada rede de serviços públicos, o Rio Grande do Sul é o Estado no Brasil que mais gasta com aposentadorias: 52% do gasto total com pessoal são destinados a inativos e pensionistas. Por outro lado, a arrecadação do ICMS, quando comparada ao PIB gaúcho, está entre as mais baixas do País. De fato, entre os Estados brasileiros, a nossa carga tributária – que é medida pela relação ICMS/PIB – ocupa a 24ª posição. Se a carga tributária do Rio Grande fosse igual à da média dos demais Estados, teríamos R\$ 1,8 bilhão a mais em ICMS.

Não há como dar conserto às contas públicas sem o reconhecimento e o enfrentamento da assimetria provocada pelo desequilíbrio estrutural, expressa na rigidez do gasto público e na insuficiência de receitas. É o reconhecimento dessa difícil situação e a obstinada determinação em enfrentar as questões estruturais do déficit público que têm guiado este Governo desde o seu primeiro dia.

Quando assumimos, o déficit previsto para 2007 era de R\$ 2,4 bilhões, praticamente o dobro do déficit agora projetado para 2008. A redução das alíquotas do ICMS de combustíveis, energia e telecomunicações causou uma perda de R\$ 700 milhões. Houve, ainda, a elevação de aproximadamente R\$ 1 bilhão nos gastos com pessoal em 2007, decorrente de aumentos concedidos no passado e de decisões judiciais. Diante do quadro, o Governo tomou atitudes firmes e corajosas. Reduziu em mais de 30% as despesas de custeio, conteve drasticamente os investimentos com recursos próprios do Tesouro, aumentou a fiscalização e vem combatendo duramente a sonegação. Com esse esforço, o Governo obteve um aumento de 166% no resultado primário do primeiro semestre de 2007 em relação ao do mesmo período do ano anterior.

Com os resultados até aqui alcançados, obtivemos o reconhecimento do Banco Mundial para a preparação de uma operação de reestruturação da dívida do Estado em que a única contrapartida exigida é o próprio resultado do ajuste fiscal e da modernização da gestão pública.

Em nome da transparência e da boa gestão do setor público, o Governo tem tomado iniciativas inovadoras. De maneira pioneira no Rio Grande Sul, adotamos a publicação do Relatório Bimestral da Execução Orçamentária por Poder, em acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Criamos as Câmaras Setoriais, para aumentar a eficiência e a eficácia das políticas públicas. O Programa Fazendo Mais com Menos, que modifica para melhor a cultura das boas práticas de gestão no setor público estadual, está sendo executado em 11 órgãos do Governo, com revisão de 25 processos.

A abertura de capital do BANRISUL iniciou um processo de novas práticas de governança para empresas públicas do Rio Grande e permitiu, com o decisivo apoio da Assembléia Legislativa, a criação de dois fundos para o financiamento das atuais e das futuras aposentadorias. Começou-se, assim, o processo de solução de um dos maiores problemas de financiamento do Estado. Um pequeno passo se comparado com o tamanho do problema da previdência estadual, mas um passo gigantesco em nome da responsabilidade perante esta e as próximas gerações.

O Comitê de Prevenção da Violência e a Rede Parceria Social são inovações que chamam a sociedade a participar da formulação e execução das políticas sociais. O Comitê de Energia e o Programa RS Energia colocam o Estado no circuito virtuoso da produção, distribuição e financiamento de todas as fontes de energia, com foco nas energias renováveis.

A Assembléia Legislativa, reconhecendo a gravidade da situação das finanças públicas, sacramentou o “Pacto pelo Rio Grande”. Nada mais faço do que utilizar as reflexões dos nobres deputados que redundaram nesse grande acordo em parceria com a sociedade gaúcha. A Proposta que hoje entrego à Assembléia Legislativa atende à primeira prioridade definida pelo Parlamento no “Pacto pelo Rio Grande”, que é a necessidade da adoção do realismo orçamentário. Um orçamento que expressa a verdade para os gaúchos e que nos permitirá refletir sobre o “Rio Grande que Queremos”, tal como proposto na Agenda 2020 por entidades empresariais.

Apesar do quadro de dificuldades que esta Proposta Orçamentária retrata, é com orgulho e com otimismo que a envio a essa Casa. Com coragem, pois ela é a expressão concreta de valores extremamente caros ao povo gaúcho: transparência, responsabilidade e coragem. Com otimismo, pois não há dificuldade que a determinação e a capacidade da gente rio-grandense não possam superar.

Por fim, ao formalizar a entrega da Proposta do Projeto de Lei Orçamentária para 2008, agradeço a Vossa Excelência e aos nobres Deputados, cujos mandatos honram essa Egrégia Assembléia Legislativa, a colaboração prestada ao Poder Executivo Estadual, sempre visando aos superiores interesses deste Estado. Com a participação e os esforços dos diversos Poderes constituídos, estou certa de que podemos vencer o desafio de construirmos, todos, um Rio Grande ainda melhor.

Receba, pois, Vossa Excelência e transmita aos demais excelentíssimos membros desse Poder, meus votos da mais alta estima e com consideração.

**Yeda Rorato Crusius**

Governadora do Estado do Rio Grande do Sul





## SUMÁRIO

<b>1 CENÁRIO ECONÔMICO .....</b>	<b>13</b>
1.1. O PANORAMA ECONÔMICO INTERNACIONAL .....	13
1.2. O COMPORTAMENTO DA ECONOMIA BRASILEIRA .....	14
1.3. A TRAJETÓRIA RECENTE DA ECONOMIA GAÚCHA .....	16
<b>2 DAS FINANÇAS PÚBLICAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL .....</b>	<b>19</b>
2.1. DO QUADRO GERAL DA SITUAÇÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS.....	21
2.2. DO FINANCIAMENTO DO DÉFICIT PÚBLICO AO LONGO DO TEMPO .....	22
2.3. DA EVOLUÇÃO DE INDICADORES DAS CONTAS PÚBLICAS .....	23
2.4. DAS RECEITAS PÚBLICAS .....	27
2.4.1. <i>Do ICMS</i> .....	28
2.4.2. <i>Das Transferências Constitucionais da União</i> .....	32
2.5. DA DESONERAÇÃO DO ICMS SOBRE AS EXPORTAÇÕES .....	35
2.6. DA MODERNIZAÇÃO DE MECANISMOS DE INCREMENTO DA RECEITA .....	37
2.7. DOS GRANDES AGREGADOS DA DESPESA PÚBLICA.....	37
2.7.1. <i>Das Despesas com “Pessoal e Encargos Sociais”</i> .....	38
2.7.2. <i>Da “Dívida Pública”</i> .....	41
2.7.3. <i>Dos “Investimentos Amplos”</i> .....	43
2.7.4. <i>Das “Outras Despesas Correntes”</i> .....	44
2.8. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	46
<b>3 DEMONSTRATIVO DAS DESONERAÇÕES FISCAIS DO ESTADO DO RS.....</b>	<b>49</b>
<b>4 DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2008.....</b>	<b>63</b>
4.1. ESTIMATIVA DA RECEITA PÚBLICA PARA 2008 .....	63
4.2. FIXAÇÃO DA DESPESA PÚBLICA PARA 2008 .....	65
<b>5 DA DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA ENTRE AS ÁREAS GOVERNAMENTAIS .....</b>	<b>67</b>
<b>6 DA CONSULTA POPULAR.....</b>	<b>68</b>



## 1 CENÁRIO ECONÔMICO

### 1.1. O Panorama Econômico Internacional

A economia mundial atravessa um momento bastante positivo, marcado por um aumento simultâneo do produto, investimento e comércio internacional. O crescimento contínuo norte-americano e o desempenho acelerado de grandes economias em desenvolvimento, como China e Índia, têm sustentado o presente contexto desde o começo da década. Outro fato relevante diz respeito à ausência de crises nacionais, comuns no passado recente, tornando o crescimento uma realidade em todas as regiões do mundo. Todavia, dúvidas quanto à manutenção deste cenário em um futuro próximo emergiram recentemente, em decorrência dos efeitos da queda da liquidez no mercado imobiliário dos Estados Unidos, atualmente em curso.

Em efeito, a economia mundial expandiu 3,9%, em 2006<sup>1</sup>, mas com importantes disparidades entre os protagonistas. Enquanto os países desenvolvidos alcançaram uma taxa média de crescimento de 3,1% do PIB, os países em desenvolvimento experimentaram um desempenho bastante superior, de 7%. Entre os primeiros, os Estados Unidos tiveram uma expansão de 3,3%, impulsionada principalmente pela redução da taxa de desemprego; a Europa (Zona Euro) cresceu 2,6%, devido à recuperação das exportações e dos investimentos; e o Japão, 2,2%, por conta de expectativas empresariais mais otimistas quanto à obtenção de lucros. Entre os últimos, destacam-se a China, cujo comportamento favorável das exportações promoveu uma expansão de 10,7% do PIB, e a Índia, com 8,7% de aumento em 2006. Já a América Latina obteve uma taxa estimada de crescimento de 5,3%<sup>2</sup>, renovando avanços no comportamento das contas fiscais, do setor externo, da demanda doméstica e dos preços.

Quanto aos fluxos internacionais de investimento direto, registrou-se uma elevação de US\$ 239,8 bilhões no saldo líquido das transações efetuadas somente pelos residentes nos Estados Unidos, em 2006, em comparação com o ano anterior. Segundo o *Institute of International Finance* (IIF), os dados apurados desses agregados para o conjunto de países emergentes atingiram cerca de US\$ 185 bilhões no período, o que significa um incremento de quase 90% sobre o montante verificado há três anos.

Impulsionado pelo desempenho das exportações das economias em desenvolvimento, o comércio internacional mostrou expansão de 7,1% em 2006, segundo estimativa do FMI. Tanto as quantidades de bens transacionados, como os preços, apresentaram aumento. As *commodities* metálicas e as *commodities* agrícolas mostraram tendência altista ao longo do ano, respectivamente, 68,9% e 14,2%, enquanto o preço do petróleo encerrou 2006 ao mesmo nível do seu começo, embora sofrendo oscilações bruscas no transcurso do ano.

---

<sup>1</sup> Dado estimado pelo Banco Mundial

<sup>2</sup> Conforme estudo da CEPAL

Segundo análise do Banco Mundial, prevê-se, para os próximos anos, um movimento de desaceleração do crescimento econômico mundial, provocado por uma reversão parcial dos condicionantes vigentes no ciclo atual. A manutenção das pressões altistas no preço do petróleo e a alteração na orientação da política monetária nos Estados Unidos deverão conter a demanda desse país, tanto em relação ao mercado doméstico, como em relação às suas importações. Outra causa provável refere-se à elevação da carga tributária na Alemanha em 2007, a qual impactará de modo imediato o nível geral de preços, provocando, igualmente, uma retração no consumo e no desempenho das vendas externas das economias vizinhas. Por fim, o arrefecimento dos investimentos administrados e das exportações na China, bem como o aperto fiscal e monetário promovido recentemente na Índia, são fatores suficientes para, ao menos, reduzir o ritmo de crescimento não somente desses países, mas da atividade exportadora de muitas economias em desenvolvimento.

Segundo alguns analistas, esse prognóstico de desaceleração da economia mundial no corrente ano, fomentado pela crise no mercado imobiliário norte-americano, já teria sido confirmado a partir do declínio brusco no desempenho das bolsas de valores com perda de cotação de importantes papéis nos meses de julho e agosto. Porém, predominam no momento mais dúvidas que afirmações acerca do grau de propagação da instabilidade do mercado financeiro mundial sobre o sistema produtivo, ao menos no curto prazo. Desse modo, a perturbação financeira poderá não ser suficiente para gerar uma crise no setor real da economia.

## 1.2. O Comportamento da Economia Brasileira

Os dados disponíveis do Produto Interno Bruto para o primeiro trimestre de 2007 atestam que a atividade econômica no País mantém a trajetória de crescimento mais vigoroso pelo terceiro trimestre consecutivo, à medida que revelam uma taxa de expansão do agregado em 4,3% sobre o mesmo período do ano anterior e de 0,8% sobre o último trimestre de 2006, conforme a Tabela 1 adiante:

Tabela 1 - Desempenho do PIB Trimestral Brasileiro – em (%)

PERÍODO	I/2006	II/2006	III/2006	IV/2006	I/2007
IGUAL TRIMESTRE DO ANO ANTERIOR	4,1	1,5	4,5	4,8	4,3
TRIMESTRE ANTERIOR (AJUSTE SAZONAL)	1,3	-0,4	2,7	1,1	0,8

**FONTE:** IBGE.

Percebe-se que a atividade econômica no Brasil, em 2007 e no próximo ano, continuará sendo beneficiada pelo cenário externo favorável: demanda mundial aquecida, crédito abundante e fluxos crescentes de investimento direto e pela estabilidade

macroeconômica, refletida em índices positivos de inflação<sup>3</sup>, taxa de juros<sup>4</sup> e superávit primário<sup>5</sup>. Essa combinação de estímulos sustenta o predomínio de expectativas mais otimistas sobre o desempenho da economia brasileira. O IPEA prevê que o crescimento do PIB será de 4,3% em 2007 e de 4,4% em 2008, o que significa alcançar resultados melhores no futuro do que aquele perseguido no ano passado (3,7%).

O setor industrial também apresenta desempenho superior neste ano, conforme mostram os dados do IBGE relativos ao produto e à produção física. O produto interno bruto da indústria subiu 3% no primeiro trimestre de 2007 em relação ao mesmo período do ano anterior. Já a produção industrial cresceu 4,8% no primeiro semestre frente igual período de 2006. As atividades que mais se destacaram foram máquinas e equipamentos, com 17,5%; veículos automotores, 8,9%; e metalurgia básica, 8,2%. Na análise por categorias de uso, coube maior protagonismo à indústria de bens de capital, cujo incremento atingiu 16,7% no período, bem distante da taxa de 4,4% referente à indústria de bens de consumo duráveis.

As previsões do IPEA dão conta de uma expansão de 4,4% na produção industrial, em 2007, e de 4,7%, em 2008, implicando um ritmo mais acelerado de crescimento que os modestos 2,8% apresentados em 2006. Segundo as estimativas, o desempenho mais significativo nestes dois anos continuará sendo da indústria de bens de capital (9,5% e 8%, respectivamente), seguido da indústria de bens de consumo duráveis, com 5,5% em 2007 e em 2008.

O setor agropecuário obteve crescimento de 4,1% em 2006, devido principalmente ao bom desempenho da lavoura. Apesar dos problemas sanitários na pecuária, do aumento dos custos de produção e da situação desfavorável dos preços (o IPA setorial recuou 3,7% na média do ano), a produção agrícola foi conduzida à expansão, graças ao clima favorável. O volume produzido da safra de grãos em 2006 correspondeu a 123 milhões de toneladas<sup>6</sup>, o que representa uma elevação de 6,8% em relação a 2005, impulsionando o crescimento da agroindústria (1,6% em 2006, conforme dado do IBGE).

No primeiro semestre de 2007, o desempenho da agroindústria apresentou aceleração, com um avanço de 4,6% sobre o mesmo período do ano anterior. O aumento dos preços internacionais de diversos produtos, como soja, milho, açúcar, álcool e laranja, possibilitou a retomada dos investimentos em bens de capital agrícola e a compra de adubos e fertilizantes, os quais constituem fatores fundamentais para a elevação da produtividade no campo. Os produtos vinculados da pecuária, beneficiados pelo elevado ritmo de exportações, registram um incremento de 4,5% nesse período, cujos destaques foram os segmentos de aves, com 11,2%; bovinos e suínos, com 6,2%; rações, igualmente com 6,2%; e couro e peles, com 4,1%. Apenas o segmento do leite sofreu retração na oferta, com -7,5%, por força da queda nos preços pagos aos produtores.

<sup>3</sup> O IPCA mantém-se praticamente estável, segundo o IPEA, passando de 3,1% registrados em 2006 para 3,4% previstos para 2007 e 4% previstos para 2008.

<sup>4</sup> A taxa SELIC caiu de 14,75% para 11,5% no período compreendido entre julho de 2006 e julho de 2007

<sup>5</sup> O resultado primário do setor público consolidado mostrou evolução positiva de 3,9% para 4,7% do PIB entre março de 2006 e março de 2007.

<sup>6</sup> Levantamento da CONAB em agosto de 2007.

A atual conjuntura bem mais auspiciosa gera estimativa de crescimento. O IPEA prevê um avanço do setor agropecuário de 4,5% e 5,0% em 2007 e 2008, respectivamente. Essa expectativa de expansão está baseada nos resultados preliminares da safra de grãos de 2007, já divulgados pela CONAB, os quais apontam uma elevação de 7% da produção e de 11% da produtividade, de modo a compensar a redução da área plantada em 3,6%. Os destaques do ano agrícola foram o trigo<sup>7</sup> (65,2%), algodão (41,7%) e milho (19,1%).

O setor de serviços, segundo o IPEA, cresceu 3,7% em 2006 e, para 2007, a previsão é de uma expansão de 4,0%. Já em 2008, espera-se que a taxa fique em torno de 4,1%. Nos últimos dois anos, o setor terciário apresentou desempenhos positivos altos em todos os seus componentes. O subsetor comércio apresentou crescimento elevado em 2006 (4,8%) e prevê-se que, em 2007 e 2008, haja manutenção dessa tendência: 5,1% e 5,0%, respectivamente. Porém, o segmento que mais se destacou foi o de intermediação financeira, previdência complementar e outros: 6,1% em 2006. As projeções para 2007 e 2008 dão conta de 6,4% e de 6,0%, respectivamente.

### 1.3. A Trajetória Recente da Economia Gaúcha

Após sofrer uma queda abrupta no ano anterior, o PIB gaúcho demonstrou importante recuperação em 2006, ao atingir um incremento de 2,7% em 2006<sup>8</sup>. Apesar do resultado positivo, o nível de atividade econômica atualmente no Estado ainda não conseguiu superar o índice de 2004, devido à persistência de condicionantes conjunturais e estruturais adversos a uma trajetória de crescimento mais sustentável.

Tabela 2 - Desempenho Setorial do PIB Gaúcho (em %)

SETORES DA ECONOMIA	2004	2005	2006
AGROPECUÁRIA	-3,3	-17,5	19,9
INDÚSTRIA	6,4	-4,8	-1,3
SERVIÇOS	2,4	0,7	2,2
<b>TOTAL</b>	<b>3,4</b>	<b>-5,2</b>	<b>2,7</b>

FONTE: FEE-RS

Partindo para uma análise setorial do produto, constata-se que a agropecuária respondeu, em 2006, por grande parte do crescimento econômico do Estado. Sua taxa de expansão alcançou 19,9%. Esse desempenho expressivo, o maior em comparação com a indústria e os serviços, foi suficiente para superar o efeito da *debacle* sofrida pelo meio rural em 2005 (queda de 17,5% do produto). Por sua vez, a indústria não apenas apresentou o pior desempenho setorial, como também manteve a retração de sua atividade em

<sup>7</sup> A colheita de trigo ocorrerá em outubro

<sup>8</sup> A taxa foi estimada pela FEE seguindo a metodologia antiga de cálculo das contas nacionais do IBGE.

1,3%. Um fato atenuante é que, a partir de meados do ano passado, o setor começou a revelar sinais nítidos de reativação, os quais permaneceram no primeiro semestre de 2007. Por fim, o setor de serviços mostrou uma taxa de crescimento de 2,2% no ano passado, cujo resultado reverte totalmente a recessão experimentada em 2005, quando o seu produto caiu 0,7%.

O resultado da produção industrial gaúcha no primeiro semestre de 2007 consolida a tendência de recuperação iniciada no segundo semestre do ano passado. A estagnação presente em 2006, quando essa variável registrou uma ligeira retração de 0,07%, deu lugar a uma expansão acelerada de 8,5% no primeiro semestre, o qual representa o melhor desempenho regional no período. Segundo pesquisa do IBGE, dez das catorze atividades industriais pesquisadas no Estado registraram crescimento; em especial, refino de petróleo e produção de álcool (36,4%), máquinas e equipamentos (29,7%) e veículos automotores (28,6%). Na contramão, as atividades de calçados e artigos de couro (-10,2%) e produtos de metal (-4,5%) são aquelas que apresentaram as maiores dificuldades no semestre.

Se bem deve ser enaltecido tal desempenho recente, não pode ser desconsiderado o fato de que a base comparativa de dados situa-se em um nível bastante deprimido. Como o nível de produção industrial do Rio Grande do Sul em 2005 representou o pior desempenho no País, já poderia ser esperado um resultado significativo neste ano. Assim, a taxa de expansão regional mais elevada produz um impacto real menor na atividade econômica, até porque a elevada capacidade ociosa atualmente encontrada no setor industrial retardará a realização de investimentos na capacidade instalada.

A apreciação da taxa de câmbio e a escassez de recursos das finanças estaduais são dois fatores vigentes restritivos à sustentação futura do crescimento da atividade industrial gaúcha. Em contrapartida, a queda da taxa de juros, o aumento da safra agrícola e o início dos investimentos projetados pelo PAC no Estado são fatores positivos que certamente contribuirão para impulsionar os atuais níveis de produção industrial. Resta saber quais deles exercerão maior influência sobre as expectativas empresariais.

O crescimento de 19,9% do setor primário, em 2006, obedeceu mais um período de desempenho irregular observado ao longo desta década, condicionado pelo comportamento sobe-desce da lavoura durante as estiagens em 2000, 2004 e 2005 e pela estabilidade climática em 2001 e 2003. O subsetor pecuária, embora sem enfrentar sobressaltos no período recente, pouco contribuiu para a expansão do setor em 2006, uma vez que os segmentos de bovinos, lãs e ovinos registraram decréscimos na produção.

Para 2007, é esperado um incremento na produção de grãos de 10,1%, resultado em grande medida do crescimento de 15,9% do rendimento médio por área plantada no período e da recuperação dos preços recebidos pelos agricultores. Observa-se que as culturas, até então, apresentam um movimento ascendente e muito similar ao ano de 2003, quando a safra de grãos do Estado alcançou um pico de produção. Se a safra de grãos de 23.456 milhões de toneladas<sup>9</sup> se confirmar, será a maior safra da história recente, superando em 4,7% a supersafra de 2003.

---

<sup>9</sup> Segundo o 11 ° levantamento da CONAB do mês de agosto de 2007

As estimativas da CONAB apontam acréscimos substanciais da produção e da produtividade, respectivamente de 26,4% e 27,0% para o feijão, 27,6% e 30,1% para a soja, 31,0% e 35,8% para o milho e 37,9% e 20,5 % para o trigo<sup>1011</sup>, embora a área plantada total dessas quatro culturas tenha sido reduzida em 4,4 %. O destaque negativo, entretanto, é o arroz, que, após enfrentar quedas significativas dos preços comercializados em 2006, tem uma previsão de redução de 6,6% na quantidade produzida e 8,2% na área plantada.

Quanto ao setor terciário, houve crescimento de 2,2% em 2006. A maioria das atividades apresentou bom desempenho: transportes e armazenagem (4,7%), comércio (3,4%) e administração pública (1,1%).

Igualmente positiva é a evolução da balança comercial do Rio Grande do Sul no período. Foi atingido um superávit de aproximadamente US\$ 3.852 milhões em 2006 e US\$ 2.198 milhões somente no primeiro semestre de 2007. As exportações gaúchas alcançaram US\$ 11.802 milhões em 2006, o que corresponde a uma ampliação de 13% em relação a 2005 e a uma participação de 8,56% nas exportações nacionais. Já em 2007, de janeiro a junho, as exportações somam US\$ 6.442 milhões, uma expansão de 27% sobre o mesmo período do ano anterior. Em relação à pauta de exportações do Rio Grande do Sul, as mercadorias mais comercializadas foram fumo não-manufaturado, recuperando-se das dificuldades recentes enfrentadas no mercado internacional, calçados de couro e soja, e, em termos de exportações por fator agregado, os produtos manufaturados são significativamente mais representativos que os produtos básicos.

---

<sup>10</sup> Previsão do IBGE do mês de março.



## 2 DAS FINANÇAS PÚBLICAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Este capítulo tratará o tema das finanças públicas do Estado do Rio Grande do Sul. Vão ser apresentados os principais dados e informações sobre a evolução da gestão fiscal e suas perspectivas e desdobramentos. De forma pioneira e com o objetivo de alcançar-se maior transparência, também serão apresentadas as desonerações fiscais do Estado desagregadas por diferentes segmentos.

O Rio Grande do Sul está enfrentando um dos maiores desafios de sua história recente. Ao longo de décadas, o Estado construiu uma base de desenvolvimento econômico e social que confere à população gaúcha um dos melhores padrões de qualidade de vida do País, mas todo esse avanço está ameaçado devido à crise estrutural das finanças públicas do governo estadual, que está comprometendo a capacidade de investimento do Estado e de provisão de bens públicos de qualidade para a sociedade. Como mostra desta situação, vale lembrar que o Estado possuía o segundo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) entre os estados brasileiros na década de 80. Na década de 90 caiu para terceiro e a partir de 2000 passou a ocupar a quarta posição. Nos níveis iniciais de ensino, o Rio Grande do Sul já não possui a melhor educação do País, passando a ocupar entre o 4º e 6º lugares nas avaliações nacionais de desempenho nas 4º e 8º séries do ensino fundamental. No índice de competitividade estadual calculada em parceria pelo Movimento Brasil Competitivo e Fundação de Economia e Estatística, nosso pior indicador é o de infra-estrutura – com especial destaque negativo para a conservação da malha rodoviária estadual.

O setor público estadual encontra-se em difícil situação econômico-financeira há décadas, sendo a crise fiscal administrada mediante a utilização de diversas formas de financiamento que se esgotaram, como por exemplo: dívida com títulos, dívida flutuante, inflação, privatização, saques de recursos do Sistema Integrado de Administração de Caixa (SIAC ou Caixa Único), potencializados com depósitos judiciais.

De acordo com dados de 2006 da Secretaria do Tesouro Nacional, o Rio Grande do Sul permanece como o Estado da Federação com os piores indicadores fiscais medidos em relação à Receita Corrente Líquida (RCL): o maior gasto de pessoal (65,75%), a maior participação de gasto de pessoal com inativos (30,89%), o maior passivo financeiro (55,5%), um dos piores resultados primários (3,54%), com o pior resultado orçamentário (7,12%) e a mais baixa taxa de investimento (4,74%) do País. Somado a isso, é um dos Estados com a menor participação da arrecadação de ICMS em relação ao PIB. Enquanto no Estado de São Paulo, por exemplo, essa relação é de 8,14%, e em Minas Gerais é de 8,69%, no Rio Grande do Sul, fica em 6,7%. Assim, o Rio Grande do Sul ocupa a 24º posição na relação ICMS/PIB. Destaca-se ainda, que o Estado compromete 73% de sua RCL com pessoal, dos quais 51,3% do gasto com pessoal é com inativos e pensionistas. Os investimentos foram praticamente zero com recursos próprios em 2006. Vale destacar que, poucas décadas atrás, o Estado já chegou a investir 30% da sua receita corrente líquida. Para o ano de 2007 o quadro de dificuldades financeiras foi ainda mais agravado pela perda de aproximadamente R\$ 700 milhões de reais de ICMS – por conta da não

renovação das anteriores alíquotas de telecomunicações, combustíveis e energia – e do aumento de quase R\$ 1 bilhão no gasto com pessoal, por conta dos aumentos concedidos em 2006 e das decisões judiciais referentes à Lei Britto.

O grande desafio do governo Yeda Crusius é enfrentar e transformar a atual situação das finanças públicas e obter um equilíbrio estrutural das contas públicas com aumento do investimento. Cabe destacar que o Governo Yeda Crusius persegue a meta de zerar o déficit orçamentário ao final de 2009 e de atingir 10% de investimento sobre a receita líquida até o ano de 2010. Há necessidade de um forte processo de ajuste estrutural que possa ser executado ao mesmo tempo em que se recupere a capacidade de investimento e de provisão de bens públicos de qualidade pelo Estado. O desafio se manifesta em várias frentes. Retomar o crescimento econômico em taxas superiores à média nacional para gerar oportunidades de trabalho. Resgatar a liderança nacional em qualidade da educação e mobilizar a capacidade de inovação tecnológica para aumentar a competitividade da economia gaúcha. Melhorar a política de segurança pública para reverter os índices de criminalidade. Prosseguir no aprimoramento do sistema de saúde para alcançar padrões internacionais. Aperfeiçoar o manejo dos recursos hídricos para melhorar os usos múltiplos das águas e reduzir a vulnerabilidade da produção a choques climáticos. Atrair novos investimentos para o Estado a fim de promover a diversificação da economia. São alguns exemplos da amplitude da transformação a ser promovida.

Apesar da situação crítica do Estado e dos estrangulamentos estruturais, sua localização privilegiada na porção mais desenvolvida da América do Sul, próximo aos grandes mercados, a robusta base de ciência, tecnologia e inovação já instalada, a qualificação de parcela expressiva de sua população, seus recursos naturais e infra-estrutura, e o reconhecido espírito empreendedor do povo gaúcho são exemplos das inúmeras potencialidades e vantagens competitivas que o Rio Grande do Sul detém. Diferenciais como esses permitem construir, em parceria com a sociedade, uma agenda positiva com prioridades definidas para a atuação do governo.

Nessa perspectiva, o plano de gestão estratégica do governo foi definido de modo a proporcionar que o Rio Grande do Sul recupere sua capacidade de crescimento com mais qualidade de vida para a população. Este plano está fundamentado em três eixos estratégicos:

a) **Finanças e Gestão Pública:** busca promover o ajuste fiscal estrutural do Estado através do aumento da eficiência tributária e racionalização do gasto público, prezando pela manutenção dos serviços públicos, e implantar um modelo de gestão pública focado em resultados;

b) **Desenvolvimento Econômico Sustentável:** busca aumentar a competitividade da economia gaúcha e a geração de emprego, priorizando a diversificação da matriz energética com ênfase em energias renováveis, o aumento da capacidade de inovação tecnológica, o aumento dos investimentos em infra-estrutura para reduzir gargalos logísticos e a implantação de um Plano Estadual de Irrigação para reduzir a vulnerabilidade da economia gaúcha a choques climáticos; e

c) **Desenvolvimento Social:** busca assegurar que nenhuma criança fique sem saber ler e escrever ao final do 2º ano do ensino fundamental, implantar sistema de atendimento às famílias abaixo da linha da pobreza com abordagem integrada, orientar e

ampliar o acesso ao sistema de saúde pública por intermédio do Programa de Saúde da Família, focalizar o atendimento integral de saúde nos primeiros anos de vida e, na terceira idade, e criar uma rede social que identifique, integre, articule e promova ações governamentais e não-governamentais de prevenção à violência integrada com a rede de assistência à saúde do Estado.

Uma condição essencial para o alcance dos objetivos do Governo Yeda Crusius é o saneamento das finanças públicas para recuperar a capacidade de investimento do Estado e melhorar a qualidade dos serviços prestados à população. Nesse mesmo sentido, é preciso empreender uma ampla renovação de métodos e práticas de gestão pública e o aperfeiçoamento de servidores e gestores para a melhora da provisão de bens e serviços públicos num contexto de severas restrições fiscais.

A principal evidência da crise fiscal do Estado é a tendência crescente de endividamento, refletindo-se em déficits orçamentários elevados há mais de três décadas. O peso dos gastos com pessoal, notadamente inativos, e dos desembolsos da dívida pública são fontes de estrangulamento das finanças do Estado. A dívida consolidada líquida do Estado fechou no ano de 2006 em R\$ 33,7 bilhões e há uma tendência crescente de elevação do serviço da dívida intralimite e uma concentração de pagamentos da dívida extralimite entre os anos de 2008 e 2012.

Esses fatos mostram a complexidade do processo de ajuste fiscal em curso no Estado e pressionam para a redução dos investimentos, afetando a preservação da normalidade da provisão dos serviços públicos, principalmente nas áreas da educação, da saúde e da segurança. Diante desse quadro de crise fiscal e eminente risco do Estado sequer conseguir garantir a manutenção dos serviços públicos básicos para a sociedade, esta nova gestão está empreendendo um rigoroso processo de ajuste fiscal e de modernização da gestão pública, cujos resultados possibilitarão ao Estado reverter tamanha crise.

## **2.1. Do Quadro Geral da Situação das Finanças Públicas**

A principal evidência do quadro de dificuldades estruturais que afeta as finanças públicas do Estado do Rio Grande do Sul é o fato de que houve continuados déficits orçamentários anuais. Aliás, nas prestações de contas de governos à Assembléia Legislativa, na década de cinquenta do século passado, a preocupação principal é o constante desequilíbrio nos orçamentos anuais. Em todo esse período, gastou-se mais do que se arrecadou.

Essa situação de déficit continuado fez com que houvesse deterioração gradual das contas públicas, acumulando um estoque vultoso de dívida flutuante (curto prazo) e fundada (longo prazo). O equilíbrio orçamentário é uma necessidade premente. As despesas empenhadas no ano não podem ser maiores que as receitas arrecadadas. Caso isso não ocorra, restam compromissos para honrar em exercícios futuros. A situação torna-se ainda mais crítica devido à impossibilidade do Estado de recorrer às fontes tradicionais de financiamento utilizadas ao longo do tempo.

O cumprimento das regras impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal tem progressivamente obrigado a um ajuste expressivo das contas, conforme se pode verificar quando da apresentação da evolução dos resultados primários, sendo, contudo, insuficientes para a solução dos problemas orçamentários e de caixa do Estado. Com a perspectiva de melhoria na arrecadação, pelo crescimento econômico e pelo esforço de arrecadação, já em 2010, vislumbra-se a possibilidade de alcançar o tão desejado equilíbrio orçamentário, gerando caixa suficiente para fazer frente aos compromissos assumidos e, principalmente, dando ao Estado a capacidade para retomar os investimentos em níveis adequados.

Com o objetivo de deixar transparente a real situação das finanças estaduais, os superávits primários consolidados ocorridos nos exercícios de 2004, 2005 e 2006, respectivamente, de R\$ 38 milhões, R\$ 572 milhões e R\$ 454 milhões, não foram suficientes para garantir a reversão dos déficits orçamentários consolidados da administração pública estadual, que oscilaram perto da casa de um bilhão anual, o que ressalta a preocupação pela gestão diária do caixa, no pagamento de salários em dia e demais compromissos.

Nesse exercício de 2007, com a não-prorrogação da lei que aumentou as alíquotas de ICMS sobre produtos e serviços seletivos, vigente desde abril de 2005 até dezembro de 2006 e com os aumentos salariais concedidos a todos os servidores ativos e inativos para vigorar em 2005, 2006 e 2007, a situação das finanças estaduais agravou-se sobremaneira. A austeridade fiscal e dificuldades financeiras devem continuar a pautar as decisões no exercício de 2008 e nos próximos. São dois os objetivos que marcarão fortemente esse período.

O primeiro é a busca do equilíbrio orçamentário. As despesas somente deverão ser empenhadas a partir de estimativas prudentes e com elevado grau de certeza quanto ao ingresso das receitas correspondentes. O segundo é o esforço pela retomada gradativa da capacidade de investimento público, tendo em vista às demandas reprimidas do setor de infra-estrutura e logística, tão importantes para dar dinamização, competitividade e comparatividade aos sistemas produtivos da economia gaúcha. Ademais, recuperar a capacidade de financiamento para as políticas sociais de modo a permitir a ampliação e a qualificação dos serviços nas áreas de educação, da saúde e da segurança.

## **2.2. Do Financiamento do Déficit Público ao Longo do Tempo**

Como já mencionado acima, as contas públicas do Estado vêm apresentando déficits fiscais expressivos e recorrentes há várias décadas. Esses desequilíbrios foram cobertos ora com endividamento suportado com operações de crédito, ora com a emissão de títulos públicos. E em outras oportunidades, com o "financiamento inflacionário". Já no período mais recente, recorreu-se às privatizações, às antecipações de receitas tributárias, ao atraso no pagamento de fornecedores e de precatórios, ao financiamento interno no âmbito do caixa único potencializados pelos depósitos judiciais, além do parcelamento do 13º salário de parte dos servidores junto ao BANRISUL. Ao final de 2004, com vigência a partir de abril de 2005 até 31 de dezembro de 2006, buscou-se também o incremento de receitas, mediante aumento de alíquotas do ICMS sobre produtos selecionados.

A Tabela 3 mostra de forma sucinta como foi enfrentado o déficit fiscal pelos governos ao longo do tempo.

Tabela 3 - Enfrentamento do déficit público pelos governos

PERÍODO	GOVERNO	ENFRENTAMENTO DO DÉFICIT
1971-1974	TRICHES	ENDIVIDAMENTO
1975-1978	GUAZELLI	ENDIVIDAMENTO
1979-1982	AMARAL	ENDIVIDAMENTO E INFLAÇÃO
1983-1986	JAIR	DÉBITOS DE TESOURARIA E INFLAÇÃO
1987-1990	SIMON	INFLAÇÃO
1991-1994	COLLARES	INFLAÇÃO
1995-1998	BRITTO	VENDA DE ATIVOS
1999-2002	OLÍVIO	CAIXA ÚNICO, MENOR VOLUME DE INVESTIMENTOS, VENDA DE ATIVOS, ANTECIPAÇÃO DE IMPOSTOS, ATRASOS COM FORNECEDORES E PRECATÓRIOS
2003-2006	RIGOTTO	CAIXA ÚNICO, DEPÓSITOS JUDICIAIS, ATRASOS COM FORNECEDORES E PRECATÓRIOS, ANTECIPAÇÃO DE IMPOSTOS, MENOR VOLUME DE INVESTIMENTOS, PARCELAMENTO DO 13º SALÁRIO JUNTO AO BANRISUL E AUMENTO DE TRIBUTOS

**FONTE:** Balanço do Estado do Rio Grande do Sul.

O Estado já recorreu a um variado conjunto de fontes de financiamento. Mesmo assim, a situação orçamentária permaneceu com déficit expressivo. Não obstante toda a compressão sobre investimento e sobre o custeio da máquina pública, não se atingiu o equilíbrio entre receitas e despesas.

### 2.3. Da Evolução de Indicadores das Contas Públicas

Adiante se destaca a evolução de alguns indicadores contábeis, no intuito de mostrar como se encontram as finanças públicas do Estado do Rio Grande do Sul. Na Tabela 4 adiante lista-se o resultado Primário<sup>12</sup> e o Orçamentário<sup>13</sup>, conforme a fórmula da

<sup>12</sup> **Resultado Primário:** É o resultado que decorre da diferença entre as receitas e despesas não-financeiras (não considera os juros recebidos e já incorridos). Consideram-se como despesas financeiras aquelas que não pressionam ou aumentam o endividamento líquido do Governo em termos de resultado primário no exercício financeiro correspondente, uma vez que criam para o ente da Federação um direito junto ao setor privado interno e/ou externo, tais como concessão de empréstimos e financiamentos, aquisição de títulos de crédito e representativos de capital já integralizado, constituição ou aumento de capital de empresas e pagamento de juros e amortização. Fonte: Portaria SOF nº. 4, de 08/03/2001.

<sup>13</sup> **Resultado Orçamentário:** É o resultado da conta da execução orçamentária, tomando por base as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas, estas da competência originária de um determinado exercício financeiro.



Lei de Responsabilidade Fiscal, entre os anos de 1971 e 2006. Constatase a freqüência de resultados negativos, que tanto impactam as atuais decisões do gestor público.

Importa notificar que, entre 1971 e 1983, o Resultado Primário refere-se à Administração Direta com repasses às Fundações e Autarquias. Entre 1984 e 2006, o Resultado Primário refere-se à Administração Pública Consolidada. O cálculo do Resultado Primário, em todo o período considerado, foi feito segundo o critério atual, conforme a Portaria SOF nº 4, de 08/03/2001. A partir de 2001, os valores foram retirados diretamente dos Balanços Gerais do Estado do RS, publicados pela CAGE.

O Resultado Primário menor que o Orçamentário, verificado em alguns anos da série, deveu-se, principalmente, ao uso de receitas financeiras na cobertura de despesas orçamentárias, ou seja, o Estado financiou suas despesas correntes com operações de crédito e alienação de bens.

Tabela 4 - Resultados Primário e Orçamentário -1971/2006 (IGP-DI médio R\$ 1,00)

<b>ANO</b>	<b>RESULTADO PRIMÁRIO - IGP-DI MÉDIO</b>	<b>RESULTADO ORÇAMENTÁRIO - IGP-DI MÉDIO</b>
1971	-34.704.819	-107.557.802
1972	-224.210.238	-195.798.548
1973	-420.992.089	-364.420.292
1974	-794.742.571	-317.182.820
1975	-1.039.703.290	-538.707.669
1976	-1.186.739.031	-1.173.685.888
1977	-22.261.602	-419.214.938
1978	-512.146.359	198.122.853
1979	-850.374.014	-357.511.727
1980	-500.596.257	-421.081.444
1981	-1.080.244.154	-441.988.728
1982	-1.447.549.469	-1.133.096.043
1983	-1.378.875.705	-4.440.172.757
1984	-1.089.760.593	-1.905.060.699
1985	-1.823.513.598	-7.394.778.982
1986	-1.316.364.039	-2.165.409.119
1987	-718.805.659	-791.391.358
1988	-1.115.090.820	-627.596.440
1989	-3.324.713.339	276.102.592
1990	-2.780.532.697	-891.971.050
1991	-346.030.043	-339.903.797
1992	-3.619.562.535	-847.599.027
1993	-2.669.266.881	-372.593.322
1994	-706.118.074	-633.413.819
1995	-547.859.572	-1.263.731.931
1996	-1.795.688.672	-71.242.022
1997	-1.228.776.299	1.342.666.903
1998	-3.202.781.620	862.234.159
1999	-846.188.082	-1.707.594.829
2000	-764.579.732	-1.126.408.087
2001	-484.532.194	-1.191.424.723
2002	-93.730.996	-551.951.504
2003	-117.435.699	-450.968.960
2004	38.803.455	-991.904.585
2005	581.972.161	-934.144.296
2006	454.597.000	-899.599.000

FONTE: Balanço Geral do Estado do RS.

Ao se analisar a situação econômico-financeira do Estado a partir da ótica patrimonial, a Situação Líquida Financeira, assim como a Situação Líquida Financeira Potencial e a Situação Líquida Financeira Real, vê-se que evoluíram negativamente. A Tabela 5 adiante mostra que, entre 1998 e 2006, a Situação Líquida Financeira passou de R\$ 211,9 milhões positivos para R\$ 3.397,9 milhões negativos. Já a Situação Líquida Financeira Potencial, nesse mesmo período, variou de R\$ 1.048,0 milhões negativos para R\$ 1.379,4 milhões negativos. A Situação Líquida Financeira Real passou de R\$ 836,1 milhões negativos para R\$ 4.777,3 milhões negativos.

A Situação Líquida Financeira Real Ajustada (nominal) passou de R\$ 836,1 milhões negativos, em 1998, para R\$ 4.477,3 milhões negativos, em 2006. A Situação Financeira Líquida Ajustada (corrigida pelo IGP-DI), entre 2003 e 2006, está estabilizada em patamares inferiores aos de 2001 e 2002, assinalando certa contenção da crise financeira.

Com relação ao Índice de Liquidez Corrente (ativo financeiro sobre o passivo financeiro), podemos ver que a situação também se deteriorou muito nos últimos anos. Em 1998, a cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo que o Estado possuía em caixa R\$ 1,15. Já em 2006, a cada R\$ 1,00 de dívida, havia somente R\$ 0,13 no caixa.

Tabela 5 - Evolução do Patrimônio Financeiro da Administração Direta do Estado do RS (R\$ milhões)

ESPECIFICAÇÃO	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
ATIVO FINANCEIRO	1.618,0	730,0	779,0	803,0	612,3	623,9	618,7	421,6	490,5
PASSIVO FINANCEIRO	1.406,1	1.285,0	1.896,0	2.476,0	2.139,8	2.146,1	2.873,0	3.304,5	-3.888,4
SITUAÇÃO LÍQUIDA FINANCEIRA	211,9	-555,0	-1.117,0	-1.673,0	-1.527,5	-1.522,2	-2.254,3	-2.882,9	-3.397,9
SITUAÇÃO LÍQUIDA FINANCEIRA POTENCIAL	-1.048,0	-1.065,0	-967,0	-1.335,0	-1.048,7	-1.228,1	-1.023,1	-959,8	-1.379,4
SITUAÇÃO LÍQUIDA FINANCEIRA REAL	-836,1	-1.620,0	-2.084,0	-3.008,0	-2.576,2	-2.750,3	-3.277,4	-3.842,7	-4.777,3
DÍVIDAS PENDENTES DE REGISTRO	-	-	-	-	-672,5	-585,2	-495,0	-271,9	-
CANCELAMENTO DE REGISTRO	-	-	-	-	-169,0	-301,0	-120,3	-170,7	-
OUTRAS DÍVIDAS IDENTIFICADAS	-	-	-	-	-369,8	-	-	-	-
SITUAÇÃO L.F.R. AJUSTADA (NOMINAL)	-836,1	-1.620,0	-2.084,0	-3.008,0	-3.787,5	-3.636,5	-3.892,7	-4.285,3	-4.777,3
SITUAÇÃO L.F.R. AJUSTADA (PELO IGP-DI)	-1.969,0	-3.178,1	-3.723,5	-4.868,0	-4.862,2	-4.336,0	-4.139,4	-4.447,7	-4.777,3
ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE	1,15	0,57	0,41	0,32	0,29	0,29	0,22	0,13	0,13

FONTE: Secretaria da Fazenda do RS.



## 2.4. Das Receitas Públicas

A Tabela 6 mostra a evolução das receitas orçamentárias consolidadas do Estado do RS, a partir de 1999.

Tabela 6 - Balanço Orçamentário Consolidado das Receitas Públicas -IGP-DI dez/06 (R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>16.225.000.371</b>	<b>17.383.929.782</b>	<b>18.261.171.517</b>	<b>19.072.080.938</b>	<b>16.348.477.126</b>	<b>15.639.561.796</b>	<b>17.288.236.105</b>	<b>18.319.749.194</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	10.727.338.441	11.353.346.354	12.310.752.796	11.829.339.136	12.139.302.855	12.030.211.554	13.130.566.814	13.787.526.328
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	146.889.346	1.041.290.170	984.808.683	959.017.860	1.060.772.750	1.246.265.733	1.187.775.023	1.251.211.436
RECEITA PATRIMONIAL	396.605.417	341.904.988	285.619.763	356.980.224	408.065.294	212.611.861	267.548.588	397.827.346
RECEITA AGROPECUÁRIA	1.581.155	1.314.606	2.990.919	746.646	858.902	779.266	594.158	746.356
RECEITA INDUSTRIAL	5.411.996	3.946.413	6.023.576	3.762.675	3.324.544	6.266.132	2.798.841	2.074.489
RECEITA DE SERVIÇOS	228.759.427	209.741.149	236.786.381	210.396.189	195.910.704	180.311.593	179.695.280	167.905.055
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.653.773.477	3.870.884.329	3.782.000.262	4.112.264.990	2.874.834.060	3.169.678.133	3.433.220.938	3.819.276.523
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.064.641.111	561.501.773	652.189.137	1.599.573.219	1.487.295.803	568.069.747	605.453.313	435.693.183
DEDUÇÕES RECEITA CORRENTE					-1.821.887.787	-1.774.632.222	-1.519.416.850	-1.542.511.522
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>803.786.802</b>	<b>1.783.195.205</b>	<b>1.071.196.591</b>	<b>818.353.704</b>	<b>515.962.764</b>	<b>480.870.812</b>	<b>193.555.202</b>	<b>341.522.069</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	328.100.561	544.474.278	212.110.793	202.883.978	338.368.211	252.876.733	131.751.715	30.364.900
ALIENAÇÃO DE BENS	1.897.333	793.008.341	504.809.459	274.163.408	157.507.319	186.570.832	30.310.655	232.146.371
AMORTIZAÇÃO EMPRÉSTIMOS	126.870.328	91.883.489	49.597.354	34.579.171	5.847.741	11.346.486	12.785.669	53.074.874
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	346.918.580	353.829.096	304.678.985	306.727.147	14.239.492	30.076.761	18.707.163	25.935.925
<b>TOTAL DE RECEITA</b>	<b>17.028.787.173</b>	<b>19.167.124.987</b>	<b>19.332.368.107</b>	<b>19.890.434.643</b>	<b>16.864.439.891</b>	<b>16.120.432.608</b>	<b>17.481.791.306</b>	<b>18.661.271.263</b>

FONTE: Secretaria da Fazenda do RS / Sistema Cubo.

É importante ressaltar que as receitas tributárias tiveram uma trajetória ascendente de crescimento de arrecadação. Destaca-se que, em 2005 e 2006, muito do incremento foi em função da majoração de alíquotas do ICMS dos setores de telecomunicação, energia elétrica e combustível. Em 2007, em razão da não-prorrogação da Lei, estima-se uma perda em torno de R\$ 700 milhões.

As transferências da União ao Estado, entre 1999 e 2006, ficaram praticamente estáveis. Outro ponto relevante nessa discussão é o fato das operações de crédito, que já foram muito utilizadas para a cobertura do déficit financeiro, hoje estarem praticamente inviabilizadas por conta do descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, tendo em vista que o Estado está comprometendo mais de duas vezes a Receita Corrente Líquida com a dívida fundada consolidada, ficando impossibilitado de se candidatar a novos financiamentos internos e externos.

#### **2.4.1. Do ICMS**

O ICMS é o principal tributo estadual. No grupo das Receitas Tributárias, tal imposto representa, em média, 90% sobre o total arrecadado, como demonstrado na Tabela 7. Concentra-se notadamente nas áreas de combustível, energia elétrica, telecomunicações, bem como nas de bebidas e de fumo.

Tabela 7 - Percentual do ICMS total em relação à Receita Tributária Consolidada (R\$ milhões)

ESPECIFICAÇÃO	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
ICMS TOTAL ARRECADADO	9.814,92	10.452,93	11.254,98	10.971,08	10.821,93	10.591,72	11.829,23	12.064,13
RECEITA TRIBUTÁRIA	10.726,98	11.352,96	12.310,34	11.828,94	12.138,89	12.029,81	13.130,13	13.787,53
% ICMS / RECEITA TRIBUTÁRIA	91,50	92,07	91,43	92,75	89,15	88,05	90,09	87,50

**FONTE DE DADOS BRUTOS:** Secretaria da Fazenda do RS.

**NOTA:** Os valores estão atualizados pelo IGP-DI médio.

A Tabela 8 adiante mostra a evolução desse imposto. Verifica-se que o ICMS total arrecadado cresceu 194,84%, em termos nominais, passando de R\$ 4.006,7 milhões, em 1997, para R\$ 11.813,3 milhões, em 2006. Nesse mesmo período, comparando-se com a variação do IGP-DI, houve um aumento real de arrecadação de 23,47%. Em 2006, comparado com 2005, o crescimento nominal do ICMS representou 3,78%, contudo, pelo IGP-DI, houve aumento de 1,99%.

Tabela 8 - Evolução da Arrecadação do ICMS Total (em R\$ milhão)

ANO	ARRECADÇÃO NOMINAL	VARIAÇÃO NOMINAL SOBRE ANO ANTERIOR	ARRECADÇÃO IGP-DI DEZ/06	VARIAÇÃO PELO IGP-DI SOBRE ANO ANTERIOR	% ARRECADÇÃO ICMS / PIB DO RS
1997	4.006,70	-	9.812,49	-	5,79
1998	4.232,10	5,63	9.973,80	1,64	6,00
1999	4.659,50	10,10	9.856,82	-1,17	6,18
2000	5.646,80	21,19	10.497,56	6,50	6,63
2001	6.706,30	18,76	11.303,03	7,67	7,13
2002	7.441,50	10,96	11.017,92	-2,52	7,12
2003	8.988,80	20,79	10.868,14	-1,36	7,02
2004	9.637,90	7,22	10.636,92	-2,13	6,75
2005	11.382,70	18,10	11.879,73	11,68	7,84
2006	11.813,30	3,78	12.115,63	1,99	7,57
% 2006 / 1997	194,84%	-	23,47%	-	-
% 2006 / 2005	3,78%	-	1,99%	-	-

**FONTE DE DADOS BRUTOS:** Secretaria da Fazenda do RS e Fundação de Economia e Estatística do RS.

**NOTA:** O PIB dos anos de 2005 e 2006 são preliminares.

A arrecadação do ICMS total em relação ao PIB do Rio Grande do Sul, que representou 5,79%, em 1997, cresceu para 7,57%, em 2006. A média do período foi de 6,80%. O salto em 2005 e 2006, de 7,84% e 7,57% do PIB, em relação a 2004, de 6,75% do PIB, deu-se em função de dois fatores principais. O primeiro deles é o aumento de alíquotas do ICMS sobre alguns produtos e serviços seletivos. O outro é o fato do Produto Interno Bruto do RS ter tido queda significativa de 5,2% em 2005, causado em função da valorização do real frente ao dólar e do efeito da fortíssima estiagem que causou depressão no campo e no agronegócio gaúcho. Em 2006, o PIB mostrou pequena recuperação, com um crescimento de 2,7%.

O RS tem uma das menores cargas tributárias de ICMS, entre os Estados brasileiros, tendo em vista ao alto impacto da desoneração das exportações e pelo fato do RS estar distante dos grandes centros produtores e consumidores do resto do País, é forçosa a adoção de políticas de incentivos fiscais que viabilizem a opção pela permanência e a atração de grandes investimentos no Estado.

A Tabela 9 e a Tabela 10 mostram a posição do RS quanto ao ICMS tributo sobre o ICMS total e o PIB de cada Estado.

Tabela 9 - Participação percentual do ICMS tributo em relação ao ICMS arrecadado no País – em R\$ 1,00

UF	2002			2003			2004			2005		
	ICMS	ICMS/ ICMS BRASIL	RANKING	ICMS	ICMS/ ICMS BRASIL	RANKING	ICMS	ICMS/ ICMS BRASIL	RANKING	ICMS	ICMS/ ICMS BRASIL	RANKING
AC	169.482.859	0,16	25	208.225.906	0,18	25	256.894.244	0,19	25	329.757.037	0,22	25
AL	665.566.866	0,65	20	787.086.823	0,67	21	949.553.546	0,70	21	1.093.364.669	0,72	21
AM	1.939.187.137	1,88	12	2.187.808.136	1,87	14	2.584.452.134	1,89	14	2.985.849.341	1,96	13
AP	138.255.500	0,13	26	148.025.069	0,13	26	184.405.627	0,14	26	240.337.645	0,16	26
BA	4.950.531.009	4,81	6	5.712.366.724	4,88	6	6.625.528.016	4,85	6	6.877.126.582	4,51	6
CE	2.368.019.661	2,30	10	2.585.224.347	2,21	11	2.930.037.954	2,15	12	3.097.416.554	2,03	11
DF	1.816.260.591	1,76	14	2.219.995.936	1,90	13	2.631.362.835	1,93	13	2.945.232.930	1,93	14
ES	2.364.263.665	2,30	11	2.897.949.011	2,47	10	3.670.194.688	2,69	9	4.535.688.795	2,98	8
GO	2.914.196.808	2,83	8	3.608.729.118	3,08	8	3.831.705.917	2,81	8	4.078.902.958	2,68	10
MA	897.073.003	0,87	19	965.388.773	0,82	19	1.183.771.405	0,87	18	1.455.053.558	0,95	18
MG	9.397.793.044	9,13	3	10.835.787.774	9,25	3	12.931.305.863	9,47	3	15.184.191.143	9,97	2
MS	1.341.761.976	1,30	16	1.683.459.967	1,44	16	2.117.631.193	1,55	16	2.426.673.917	1,59	16
MT	1.841.745.251	1,79	13	2.372.078.066	2,03	12	2.934.667.166	2,15	11	3.085.602.386	2,03	12
PA	1.702.946.288	1,65	15	2.034.435.649	1,74	15	2.370.520.149	1,74	15	2.801.569.094	1,84	15
PB	914.663.027	0,89	18	1.007.196.337	0,86	18	1.139.712.515	0,83	19	1.317.435.888	0,86	19
PE	2.826.720.789	2,75	9	3.135.393.876	2,68	9	3.628.095.765	2,66	10	4.277.778.270	2,81	9
PI	540.797.416	0,53	23	458.021.271	0,39	24	760.498.179	0,56	23	901.060.847	0,59	23
PR	5.580.692.799	5,42	5	6.679.675.264	5,70	5	7.763.903.923	5,68	5	8.707.026.435	5,71	5
RJ	10.272.525.717	9,98	2	12.036.013.893	10,28	2	14.259.395.542	10,44	2	14.648.234.599	9,61	3
RN	1.014.478.440	0,99	17	1.184.696.940	1,01	17	1.393.620.978	1,02	17	1.614.254.689	1,06	17
RO	639.159.783	0,62	22	866.783.307	0,74	20	1.048.956.864	0,77	20	1.231.116.247	0,81	20
RR	119.578.417	0,12	27	137.625.206	0,12	27	149.909.071	0,11	27	187.486.312	0,12	27
<b>RS</b>	<b>7.213.311.025</b>	<b>7,01</b>	<b>4</b>	<b>8.595.598.947</b>	<b>7,34</b>	<b>4</b>	<b>9.360.613.794</b>	<b>6,85</b>	<b>4</b>	<b>10.900.617.795</b>	<b>7,15</b>	<b>4</b>
SC	3.798.879.314	3,69	7	4.094.441.821	3,50	7	5.175.747.310	3,79	7	5.777.081.563	3,79	7
SE	664.264.811	0,65	21	761.312.031	0,65	22	879.532.991	0,64	22	1.021.126.519	0,67	22
SP	36.453.326.781	35,41	1	39.394.704.049	33,63	1	45.223.078.746	33,11	1	49.988.621.639	32,81	1
TO	406.195.557	0,39	24	537.239.896	0,46	23	595.288.610	0,44	24	658.939.330	0,43	24
BRASIL	102.951.677.537	100,00	-	117.135.264.136	100,00	-	136.580.385.025	100,00	-	152.367.546.741	100,00	-

FONTE: Secretaria do Tesouro Nacional – www.stn.fazenda.gov.br – Finanças Estaduais

Tabela 10 - Participação percentual do ICMS tributo e posição do Estado do RS em relação ao PIB estadual

UF	2002			2003			2004		
	PIB x 1.000.000	ICMS/PIB UF	RANKING	PIB x 1.000.000	ICMS/PIB UF	RANKING	PIB x 1.000.000	ICMS/PIB UF	RANKING
AC	2.259	7,50	18	2.716	7,67	13	3.242	7,92	13
AL	8.767	7,59	17	10.326	7,62	14	11.556	8,22	11
AM	25.030	7,75	15	28.063	7,80	12	35.889	7,20	19
AP	2.652	5,21	26	3.083	4,80	27	3.720	4,96	27
BA	62.103	7,97	12	73.166	7,81	11	86.882	7,63	16
CE	24.204	9,78	3	28.425	9,09	6	33.261	8,81	8
DF	35.672	5,09	27	37.753	5,88	26	43.522	6,05	26
ES	24.723	9,56	4	28.980	10,00	4	34.488	10,64	3
GO	31.299	9,31	5	36.835	9,80	5	41.316	9,27	6
MA	11.420	7,86	14	13.984	6,90	19	16.547	7,15	20
MG	125.389	7,49	19	144.545	7,50	15	166.586	7,76	14
MS	15.343	8,75	8	18.970	8,87	7	19.954	10,61	4
MT	17.888	10,30	2	22.615	10,49	2	27.935	10,51	5
PA	25.530	6,67	24	29.215	6,96	18	34.196	6,93	22
PB	11.634	7,86	13	13.711	7,35	17	14.863	7,67	15
PE	36.510	7,74	16	42.261	7,42	16	47.697	7,61	17
PI	6.166	8,77	7	7.325	6,25	25	8.611	8,83	7
PR	81.449	6,85	23	99.000	6,75	20	108.699	7,14	21
RJ	170.114	6,04	25	190.384	6,32	24	222.564	6,41	25
RN	11.633	8,72	9	13.696	8,65	8	15.906	8,76	9
RO	7.284	8,77	6	8.492	10,21	3	9.744	10,77	2
RR	1.488	8,04	11	1.677	8,21	9	1.864	8,04	12
<b>RS</b>	<b>104.451</b>	<b>6,91</b>	<b>22</b>	<b>128.040</b>	<b>6,71</b>	<b>21</b>	<b>142.874</b>	<b>6,55</b>	<b>24</b>
SC	51.828	7,33	20	62.214	6,58	22	70.208	7,37	18
SE	9.496	7,00	21	11.704	6,50	23	13.121	6,70	23
SP	438.148	8,32	10	494.814	7,96	10	546.607	8,27	10
TO	3.545	11,46	1	4.190	12,82	1	4.768	12,49	1
<b>BRASIL</b>	<b>1.346.028</b>	<b>7,65</b>	<b>-</b>	<b>1.556.182</b>	<b>7,53</b>	<b>-</b>	<b>1.766.620</b>	<b>7,73</b>	<b>-</b>

FONTES: Secretaria do Tesouro Nacional – www.stn.fazenda.gov.br – Finanças Estaduais / IBGE – www.ibge.gov.br – Contas Regionais

#### 2.4.2. Das Transferências Constitucionais da União

No domínio tributário, as relações federativas encontram-se submetidas a grandes distorções. Isso transparece quando se observa que o grande incremento da carga fiscal concentrou-se, exclusivamente, na esfera federal com a institucionalização de diversas contribuições sociais (CPMF, CIDE, PIS/PASEP, COFINS e CSLL), que não foram repartidas com os demais entes federativos, à exceção da CIDE que, após anos de reivindicação, foi partilhada em percentuais muito reduzidos.

A Tabela 11 adiante mostra o valor arrecadado pela União e pelo Estado. A Tabela 12 demonstra essa evolução, tomando-se como base 100 o ano de 1998. Entre 1998 e 2006, enquanto que as receitas tributárias da União cresceram 8,6% reais pelo IGP-DI e as contribuições sociais acumularam aumento expressivo de 48,9% reais, as transferências correntes da União ao Estado decresceram 36,6%. Nesse mesmo período, a arrecadação de ICMS cresceu 21,5%.

Fica, portanto, comprovada a tese de que a União busca aumento de arrecadação via contribuições sociais. Desse modo, constitucionalmente não fica obrigada a repartir com os Estados e os Municípios o produto dessa arrecadação.

Tabela 11 - Arrecadações da União e do Estado do RS, pelo IGP-DI (R\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
RECEITA TRIBUTÁRIA DA UNIÃO	160.040.575	158.115.497	146.426.827	154.489.827	160.276.738	139.357.752	142.296.450	161.817.250	173.883.566
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DA UNIÃO	220.992.443	240.758.059	260.017.892	271.700.140	287.536.653	273.490.175	303.055.698	323.368.729	329.029.707
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES AO RS	266.585	230.270	211.126	238.350	211.786	197.205	181.503	180.882	169.014
ARRECAÇÃO DE ICMS TOTAL NO RS	9.973.796	9.856.818	10.497.558	11.303.028	11.017.916	10.868.137	10.636.942	11.879.730	12.115.632

FONTE: Secretaria da Fazenda do RS (Sistema Cubo) e STN - [www.stn-fazenda.gov.br](http://www.stn-fazenda.gov.br)

Tabela 12 - Arrecadações da União e do Estado do RS, pelo IGP-DI - Base 100 o ano de 1998

ESPECIFICAÇÃO	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
RECEITA TRIBUTÁRIA DA UNIÃO	100	98,8	91,5	96,5	100,1	87,1	88,9	101,1	108,6
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DA UNIÃO	100	108,9	117,7	122,9	130,1	123,8	137,1	146,3	148,9
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES AO RS	100	86,4	79,2	89,4	79,4	74,0	68,1	67,9	63,4
ARRECAÇÃO DE ICMS TOTAL NO RS	100	98,8	105,3	113,3	110,5	109,0	106,6	119,1	121,5

FONTE: Secretaria da Fazenda do RS (Sistema Cubo) e STN - [www.stn-fazenda.gov.br](http://www.stn-fazenda.gov.br)

Ressalte-se que, enquanto entre 1998 e 2006 o ICMS total arrecadado cresceu nominalmente 179,1%, as transferências constitucionais federais ao Estado, especificamente, a Cota-parte do Fundo de Participação dos Estados (FPE), a Cota-parte do IPI-Exportação e a Lei Kandir/Fundo às Exportações, cresceram tão-somente 71,7%. É o que se demonstra adiante na Tabela 13.

Tabela 13 - Arrecadação do ICMS Total e Transferências da União (nominal – R\$ milhões)

ANO	ARRECAÇÃO DE ICMS TOTAL	COTA-PARTE DO FPE	COTA-PARTE DO IPI EXPORTAÇÃO	LEI KANDIR + FUNDO ÀS EXPORTAÇÕES	TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO
1998	4.232,10	257,2	294,7	296,7	848,6
1999	4.659,50	284,8	270,2	280,8	835,8
2000	5.646,80	337,5	300,2	291,5	929,2
2001	6.706,30	397,2	318	269,8	985
2002	7.441,50	491,5	311,3	297,8	1.100,6
2003	8.988,80	511,3	292,6	319,6	1.123,6
2004	9.637,90	563,6	310,2	306,8	1.180,6
2005	11.382,70	705,4	351,6	337,8	1.394,8
2006	11.813,30	780,7	377,1	299,6	1.457,4
% 2006/ 1998	179,1%	203,5%	28,0%	1,0%	71,7%

**FONTE DE DADOS BRUTOS:** Secretaria da Fazenda do RS.

A mesma tendência é demonstrada na Tabela 14, onde se pode verificar que as transferências constitucionais da União ao Estado, em relação ao PIB estadual, apresentaram, ao longo do tempo, um significativo recuo percentual. Com efeito, em 1998, as transferências da União representavam 1,63% do PIB do Estado, enquanto que em 2006, estas minguaram para 1,35% do PIB. Com essa diferença de 0,28 pontos percentuais, somente em 2006, a perda é de mais de R\$ 400 milhões.

Tabela 14 - Demonstrativo das transferências constitucionais em relação ao PIB gaúcho (nominais – R\$ 1,00)

Especificação	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
COTA-PARTE DO FPE	218.579.580	242.084.889	286.872.534	337.595.852	417.803.205	511.343.670	563.643.610	705.428.874	780.710.683
COTA-PARTE DO FPE-FUNDEF	38.572.867	42.720.862	50.624.564	59.575.738	73.729.977	-	-	-	-
COTA-PARTE DO IPI EXPORTAÇÃO	250.534.120	229.716.402	255.242.980	270.315.178	264.592.662	292.622.754	310.232.550	351.577.252	371.139.674
COTA-PARTE DO IPI EXP - FUNDEF	44.211.903	40.538.188	45.042.878	47.702.678	46.692.822	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS LC 87/96	249.535.414	241.785.027	247.772.138	229.334.432	253.100.389	319.590.868	256.133.730	256.133.730	146.900.228
TRANSFERÊNCIAS LC 87/96- FUNDEF	47.237.031	38.908.077	43.627.874	40.470.782	44.664.775	-	-	-	-
AUXÍLIO FINANCEIRO- EXPORTAÇÃO	-	-	-	-	-	-	50.712.750	81.582.863	152.694.169
IRRF	303.567.169	304.167.732	330.302.522	367.267.444	412.647.132	479.177.859	518.560.808	554.557.376	653.027.638
<b>TOTAL</b>	<b>1.152.238.083</b>	<b>1.139.921.178</b>	<b>1.259.485.491</b>	<b>1.352.262.106</b>	<b>1.513.230.962</b>	<b>1.602.735.151</b>	<b>1.699.283.448</b>	<b>1.949.280.094</b>	<b>2.104.474.398</b>
PIB DO RS	70.541.889.405	75.450.458.225	85.137.542.554	94.084.498.446	104.451.257.266	128.039.610.891	142.874.226.327	145.181.521.203	155.971.205.213
% TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO / PIB RS	1,63	1,51	1,48	1,44	1,45	1,25	1,19	1,34	1,35

**FONTE:** Secretaria do Tesouro Nacional e Secretaria da Fazenda do RS.

Denota-se, portanto, que enquanto a União aumentou a carga tributária de forma considerável, através de contribuições sociais (mecanismo utilizado para não dividir o produto da arrecadação), as receitas de transferências constitucionais ao Estado tiveram significativo recuo ao longo dos anos.

Por fim, a Tabela 15 adiante mostra a evolução da carga tributária líquida disponível no Brasil, entre 1991 e 2005, onde se auferem as receitas efetivamente recebidas nas diversas esferas federativas. Enquanto a União teve crescimento de 7,68 p.p., os Estados e os Municípios, respectivamente, 2,53 p.p. e 1,96 p.p.



Tabela 15 - Carga tributária líquida disponível – 1991/2005

ENTES	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2005-1991
UNIÃO	13,96%	14,80%	15,59%	17,62%	16,77%	16,27%	16,62%	17,61%	19,32%	19,87%	19,16%	20,35%	20,05%	20,87%	21,64%	7,68 p.p
ESTADOS	7,10%	7,07%	6,50%	7,70%	8,18%	8,00%	7,72%	7,44%	7,94%	8,34%	9,22%	9,46%	9,22%	9,23%	9,62%	2,53 p.p.
MUNICÍPIOS	4,15%	3,98%	3,63%	4,14%	4,81%	4,71%	4,69%	4,69%	4,88%	4,97%	5,63%	5,80%	5,65%	5,77%	6,11%	1,96 p.p.
<b>TOTAL</b>	<b>25,21%</b>	<b>25,85%</b>	<b>25,72%</b>	<b>29,46%</b>	<b>29,76%</b>	<b>28,97%</b>	<b>29,03%</b>	<b>29,74%</b>	<b>32,15%</b>	<b>33,18%</b>	<b>34,01%</b>	<b>35,61%</b>	<b>34,92%</b>	<b>35,88%</b>	<b>37,37%</b>	<b>12,16 p.p.</b>

FONTE: Secretaria da Receita Federal - [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br).

## 2.5. Da Desoneração do ICMS sobre as Exportações

O Rio Grande do Sul é o Estado que apresenta o segundo maior índice exportador per capita do País, atrás do Paraná. É o terceiro maior exportador brasileiro, atrás de São Paulo e Minas Gerais, conforme dados fechados de 2006, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Em 1994, o RS vendeu US\$ 5,03 bilhões ao exterior, 11,5% do total do Brasil. Em 2006, os valores das exportações totalizaram US\$ 11,78 bilhões, representando 8,6% do total das exportações brasileiras. De outra parte, houve um movimento de crescimento das importações. Enquanto em 1994 o RS importava 7,0% do total brasileiro, em 2006 passou a importar 8,7%.

A Tabela 16 adiante mostra a evolução das contas da balança comercial externa do Rio Grande do Sul e do Brasil.

Tabela 16 - Evolução das exportações e importações gaúcha e brasileira – 1994/2006 (US\$ mil)

ANO	EXPORTAÇÃO					IMPORTAÇÃO					SALDO COMERCIAL				
	RS	%	BRASIL	%	%RS / BRASIL	RS	%	BRASIL	%	%RS / BRASIL	RS	%	BRASIL	%	%RS / BRASIL
1994	5.027.113	-	43.545.149	-	11,5	2.308.104	-	33.078.690	-	7	2.719.009	-	10.466.459	-	26
1995	5.181.655	3,07	46.506.282	6,8	11,1	3.017.860	30,75	49.971.896	51,07	6	2.163.795	-20,42	-3.465.614	-133,11	-62,4
1996	5.663.640	9,3	47.746.728	2,67	11,9	3.361.241	11,38	53.345.767	6,75	6,3	2.302.399	6,41	-5.599.039	61,56	-41,1
1997	6.270.130	10,71	52.982.726	10,97	11,8	3.725.029	10,82	59.747.227	12	6,2	2.545.101	10,54	-6.764.501	20,82	-37,6
1998	5.628.516	-10,23	51.139.862	-3,48	11	4.331.713	16,29	57.763.476	-3,32	7,5	1.296.803	-49,05	-6.623.614	-2,08	-19,6
1999	4.998.720	-11,19	48.011.444	-6,12	10,4	3.283.054	-24,21	49.294.639	-14,66	6,7	1.715.666	32,3	-1.283.195	-80,63	-133,7
2000	5.779.942	15,63	55.085.595	14,73	10,5	4.021.791	22,5	55.838.590	13,28	7,2	1.758.151	2,48	-752.995	-41,32	-233,5
2001	6.345.359	9,78	58.222.642	5,69	10,9	4.049.432	0,69	55.572.176	-0,48	7,3	2.295.927	30,59	2.650.466	-451,99	86,6
2002	6.375.446	0,47	60.361.786	3,67	10,6	3.530.815	-12,81	47.240.488	-14,99	7,5	2.844.631	23,9	13.121.298	395,06	21,7
2003	8.013.263	25,69	73.084.140	21,08	11	4.190.663	18,69	48.304.598	2,25	8,7	3.822.600	34,38	24.779.542	88,85	15,4
2004	9.878.602	23,28	96.475.244	32,01	10,2	5.290.642	26,25	62.834.698	30,08	8,4	4.587.960	20,02	33.640.546	35,76	13,6
2005	10.453.684	5,82	118.308.387	22,63	8,8	6.692.181	26,49	73.591.887	17,12	9,1	3.761.503	-18,01	44.716.500	32,92	8,4
2006	11.774.412	12,63	137.469.700	16,20	8,6	7.948.362	18,77	91.395.621	24,17	8,7	3.826.050	1,72	46.074.080	3,04	8,3

FONTE: Secretaria do Comércio Exterior (SECEX) – DEPLA

A Tabela 17 adiante faz um exercício do valor que, em tese, o RS teria direito a arrecadar com o setor exportador, somente em 2006, caso não tivesse sido criada a Lei Kandir. O Estado foi compensado com R\$ 300 milhões, 25% dos Municípios.

Tabela 17 - Valor estimado de perda com o setor exportador, em 2006, caso não tivesse criada a Lei Kandir (R\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	VALOR NÃO ARRECADADO PELAS EXPORTAÇÕES	RESSARCIMENTO	PERDAS DA LEI KANDIR	PERDA DO ESTADO	PERDA DOS MUNICÍPIOS
LEI KANDIR / IPI – EXPORTAÇÃO (ALÍQUOTA DE 7%)	1.154.000	300.000	854.000	640.500	213.500
LEI KANDIR / IPI – EXPORTAÇÃO (ALÍQUOTA DE 12%)	1.978.000	300.000	1.678.000	1.258.500	419.500

FONTE DE DADOS BRUTOS: Secretaria da Fazenda do RS.

O crescimento das exportações tem como conseqüências virtuosas a maior atividade econômica interna, a geração de empregos, a entrada no País de divisas e, por conseqüência, uma menor dependência do capital externo. Contudo, é urgente a criação de um fundo permanente e regulamentado, que venha a compensar as perdas tributárias dos Estados exportadores com a desoneração do ICMS sobre as vendas externas.

## **2.6. Da Modernização de mecanismos de incremento da Receita**

Para fazer frente ao déficit financeiro, estão em curso oito ações no âmbito da receita pública, com o objetivo de aumentar a arrecadação. A modernização da receita envolve:

- I. O “programa de crescimento incentivado – Cresce RS”, para estimular setores econômicos do Estado com a redução de alíquotas setoriais;
- II. A ampliação do controle na fronteira, permitindo a cobrança de 5% do ICMS relativo ao diferencial existente entre as aquisições interestaduais;
- III. A instituição da substituição tributária para novos produtos, ampliando o controle da administração tributária;
- IV. A criação de um grupo de trabalho interinstitucional para a recuperação da dívida ativa;
- V. A modernização da gestão tributária visando à intensificação do controle para a redução da sonegação fiscal.

Para a adequação tributária, três medidas estão sendo adotadas:

- I. A negociação da mudança nos critérios de transferência de saldo credor para o setor exportador;
- II. A equivalência da cobrança de ICMS para o consumo de energia elétrica residencial urbana de baixa renda e rural;
- III. A reavaliação dos benefícios fiscais (isenções, créditos presumidos e reduções de base de cálculo) ao longo de 2007, para vigorar a partir de 2008, preservando a manutenção dos acordos já firmados.

## **2.7. Dos Grandes Agregados da Despesa Pública**

Para fins de obtenção de uma visão mais diferenciada e apurada da situação das contas estaduais, é necessário destacar a evolução das despesas segundo os denominados grandes grupos: Pessoal e Encargos Sociais, Serviço da Dívida (Juros e Encargos da Dívida e Amortização da Dívida) Investimentos Amplos (Investimentos e Inversões Financeiras) e Outras Despesas Correntes.

### 2.7.1. Das Despesas com "Pessoal e Encargos Sociais"

A Tabela 18 adiante mostra a evolução das matrículas de pessoal do Estado do Rio Grande do Sul, entre 1998 e 2006. Em 1998, entre ativos, inativos e pensionistas, os ativos representavam 52,6% do total e 1,93% da população gaúcha. Já em 2006, os ativos perfaziam 53,4% do total e 1,86% da população.

Note-se ainda que, entre 1998 e 2006, enquanto a população do Rio Grande do Sul cresceu 10,83%, as matrículas do pessoal ativo do Estado do RS cresceram 6,85% e o número de inativos cresceu 11,43%. Importa ressaltar que, em 1998, havia 99.371 matrículas na Secretaria da Educação e, em 2006, 109.497 matrículas, um aumento de 10.126 matrículas, ou 10,2% a mais. No período considerado, esse órgão foi responsável por 77,7% do total de todas as novas contratações do Estado.

Tabela 18 - Evolução das Matrículas dos servidores ativos, inativos e pensionistas

ÓRGÃOS	ESPECIFICAÇÃO	1998	2006	2006 - 1998 (9 ANOS)	% 2006 / 1998 (9 ANOS)
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	ATIVOS	159.580	173.389	13.809	8,65
	INATIVOS	99.557	118.860	19.303	19,39
	PENSIONISTAS	2.038	1.512	-526	-25,81
	TOTAL	261.175	293.761	32.586	12,48
FUNDAÇÕES	ATIVOS	4.845	5.585	740	15,27
AUTARQUIAS	ATIVOS	6.511	3.785	-2.726	-41,87
	INATIVOS	9.005	5.393	-3.612	-40,11
	PENSIONISTAS	55.753	49.531	-6.222	-11,16
	TOTAL	71.269	58.709	-12.560	-17,62
SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA	ATIVOS	19.923	21.183	1.260	6,32
	INATIVOS	5.478	2.817	-2.661	-48,58
	PENSIONISTAS	164	177	13	7,93
	TOTAL	25.565	24.177	-1.388	-5,43
GERAL	ATIVOS	190.859	203.942	13.083	6,85
	INATIVOS	114.040	127.070	13.030	11,43
	PENSIONISTAS	57.955	51.220	-6.735	-11,62
	TOTAL	362.854	382.232	19.378	5,34
POPULAÇÃO DO ESTADO		9.891.857	10.963.219	1.071.362	10,83

**FONTES:** Secretaria da Fazenda ([www.sefaz.rs.gov.br](http://www.sefaz.rs.gov.br)) / Finanças Estaduais / Documentos / Boletim Informativo de Pessoal e IBGE (A população de 2006 é uma projeção preliminar).

Adiante, a Tabela 19 mostra a evolução das despesas empenhadas com pessoal ativo, inativo e pensionista, entre 1996 e 2006. Em 2000, as despesas com inativos e pensionistas ultrapassaram as do pessoal ativo (o comparativo envolve a despesa vinculada diretamente ao gasto com pessoal civil e militar - Elementos da Despesa 11 e 12 - e com inativos - Elemento 01 e pensionistas - Elemento 03), contribuindo ainda mais para que o Rio Grande do Sul se consolidasse como o Estado que mais gasta com aposentados relativamente às despesas com pessoal.

Tabela 19 - Percentual de Gastos Empenhados com Pessoal da Administração Pública Estadual Consolidada

ANO	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
% ATIVOS (ELEMENTOS 11 E 12)	57,16	55,13	54,88	54,48	49,47	49,81	50,27	49,80	49,48	49,14	48,66
% INATIVOS / PENSIONISTAS (ELEMENTOS 01 E 03)	42,84	44,87	45,12	45,52	50,53	50,19	49,73	50,20	50,52	50,86	51,34

**FONTE DE DADOS BRUTOS:** Secretaria da Fazenda do Estado do RS / Sistema Cubo.

Mostra-se claro que, os números dessa conta representam um dos principais limites da política de ajuste fiscal. É verdade que a legislação recente, tornando mais rigorosa e racional as condições de aposentadoria, deverá contribuir para a redução do desajuste, contudo, surtindo efeitos no longuíssimo prazo.

A Tabela 20 mostra a evolução das despesas empenhadas com pessoal ativo, inativo e pensionista, entre os anos de 2000 e 2006, em relação à Receita Corrente Líquida - RCL. Vê-se assim que, quando se afirma que a crise financeira do Estado tem fortes ingredientes estruturais, de difícil solução no curto e médio prazo, faz-se menção, antes de tudo, à estrutura de gasto com pessoal. Ao se analisar a evolução do gasto com pessoal, verifica-se que o peso desta conta continua a ser excessivamente elevado.

Tabela 20 - Percentual das Despesas Empenhadas Consolidadas com "Pessoal e Encargos Sociais" em Relação à RCL

ANO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
% RCL	75,69	75,69	77,74	76,03	72,94	69,17	71,79

**FONTE:** Anos de 2000 a 2004 (Tribunal de Contas do Estado - Relatório sobre as Contas do Governador - Exercício de 2004, p. 68) e 2005 (Tribunal de Contas do Estado - Relatório sobre as Contas do Governador - Exercício de 2005, p. 60). Ano de 2006 (Secretaria da Fazenda do RS)

No que tange ao gasto com pessoal sob a ótica de sua distribuição entre os Poderes do Estado, conclui-se que, à luz das evidências constantes da Tabela 21 e da Tabela 22, coube, no período considerado, tão-somente ao Poder Executivo o esforço maior de contenção da despesa e de ajuste fiscal. A Tabela 21 mostra as despesas empenhadas totais do grupo de "Pessoal e Encargos Sociais" dos diversos Poderes, entre 2000 e 2006.

Tabela 21 - Despesas Empenhadas de “Pessoal e Encargos Sociais” dos Poderes, em valores nominais (em R\$ 1,00)

PODERES / ÓRGÃOS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
INDIRETA	753.879.856	939.283.085	1.193.666.968	1.416.083.777	1.437.601.443	1.535.060.167	1.769.454.548
MINISTÉRIO PÚBLICO	141.508.248	171.119.706	214.505.884	273.357.192	310.013.682	364.654.478	398.502.531
PODER EXECUTIVO	3.548.608.218	3.740.002.513	4.248.112.725	4.692.434.057	4.844.279.113	5.174.838.230	5.765.490.084
PODER JUDICIÁRIO	474.381.332	576.111.389	690.073.006	791.120.286	911.616.558	1.070.911.758	1.179.733.241
PODER LEGISLATIVO	198.315.603	260.396.060	306.968.185	323.241.791	327.612.081	396.154.081	444.247.941
<b>Total</b>	<b>5.116.693.256</b>	<b>5.686.912.752</b>	<b>6.653.326.768</b>	<b>7.496.237.105</b>	<b>7.831.122.877</b>	<b>8.541.618.713</b>	<b>9.557.428.344</b>
<b>RCL</b>	<b>6.657.894.000</b>	<b>7.714.865.000</b>	<b>8.414.927.000</b>	<b>9.660.540.000</b>	<b>10.736.730.000</b>	<b>12.349.352.000</b>	<b>13.312.373.000</b>

**FONTE DE DADOS BRUTOS:** Sistema Cubo da Secretaria da Fazenda do RS.

**NOTA:** As despesas de Pessoal foram ajustadas subtraindo a rubrica 1301 (dupla contagem do IPERGS).

A Tabela 22 reflete os valores da tabela anterior, demonstrando a evolução do percentual gasto com pessoal pelos Poderes em relação à Receita Corrente Líquida, tomando-se como base 100 o ano de 2000.

Tabela 22 - Despesas Empenhadas de Pessoal dos Poderes em relação à RCL

PODERES / ÓRGÃOS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
INDIRETA	100,0	107,5	125,3	129,5	118,3	109,8	117,4
MINISTÉRIO PÚBLICO	100,0	104,4	119,9	133,1	135,9	138,9	140,8
PODER EXECUTIVO	100,0	91,0	94,7	91,1	84,7	78,6	81,3
PODER JUDICIÁRIO	100,0	104,8	115,1	114,9	119,2	121,7	124,4
PODER LEGISLATIVO	100,0	113,3	122,5	112,3	102,4	107,7	112,0
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>95,9</b>	<b>102,9</b>	<b>101,0</b>	<b>94,9</b>	<b>90,0</b>	<b>93,4</b>

**FONTE DE DADOS BRUTOS:** Sistema Cubo da Secretaria da Fazenda do RS.

Observa-se na Tabela 22 acima que, no período considerado, o Ministério Público teve um crescimento real de 40,8%; o Poder Judiciário, 24,4%; o Poder Legislativo, 12,0%; a Administração Indireta, 17,4%; enquanto o Poder Executivo declinou 18,7%.

Assinale-se por derradeiro que, dentre as despesas com o pessoal ativo do Poder Executivo, as funções Educação, Segurança e Saúde responderam, em 2006, por 84,6% do gasto total. Essa situação instalada no Poder Executivo se aproxima do ponto em que novas reduções de despesa criam deficiências na prestação de serviços públicos essenciais.

### 2.7.2. Da “Dívida Pública”

Para melhor exame do endividamento público é necessário reconstituir o histórico da dívida pública estadual fundada consolidada (dívida interna e externa com vencimento de longo prazo), no período compreendido entre os governos Peracchi e Rigotto. É o que se faz adiante na Tabela 23. Em valores reais, entre 1971 e 2006, a dívida cresceu 26,9 vezes. O estoque é atualizado mensalmente pelo IGP-DI ou pela taxa SELIC (esta utilizada caso haja atraso no pagamento mensal) mais juros de 6% ao ano.

Tabela 23 - Estoque da Dívida Fundada Interna e Externa (R\$ milhões)

GOVERNO	FINAL DE GOVERNO	DÍVIDA (IGP-DI)	REFERÊNCIA	VARIAÇÃO PERCENTUAL	DÍVIDA / PIB
PERACCHI	1971	1.183	1,00	-	2,23
TRICHES	1974	2.590	2,19	118,93	2,95
GUAZELLI	1978	4.740	4,01	83,01	4,20
AMARAL	1982	8.490	7,18	79,11	8,35
JAIR	1986	11.785	9,96	38,81	8,28
SIMON	1990	11.803	9,98	0,15	15,50
COLLARES	1994	14.569	12,32	23,43	14,13
BRITTO (*)	1998	32.390	27,38	122,32	19,02
OLÍVIO	2002	32.305	27,31	-0,26	23,55
RIGOTTO	2006	31.782	26,87	-1,62	20,39

**FONTE:** Balanço Geral do Estado do RS / Secretaria da Fazenda do RS.

**NOTA:** A variável estoque da dívida foi corrigida pelo IGP-DI.

(\*) Inclui a Operação PROES no BANRISUL, de R\$ 5,97 bilhões (corrigida pelo IGP-DI até dez/06).

A Tabela 24 mostra que a dívida consolidada líquida, em 2001, era de 2,73 vezes a Receita Corrente Líquida, chegando em 2002, a 2,95 vezes e, em 2006, decresceu para 2,54 vezes.

Tabela 24 - Comprometimento da Dívida Consolidada Líquida em relação à Receita Corrente Líquida

ANO	2001	2002	2003	2004	2005	2006
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	2,73 vezes	2,95 vezes	2,80 vezes	2,83 vezes	2,58 vezes	2,54 vezes

**FONTE:** Relatório de Gestão Fiscal da Secretaria da Fazenda do RS.

O estoque da dívida pública atesta um lado da gravidade do problema. O outro lado penoso é o desembolso mensal suportado pelo Estado, insustentável nos níveis atuais. Em 2006, empenhou-se R\$ 1,775 bilhão, o equivalente a quatro folhas do Poder

Executivo. É urgente encontrar um novo equacionamento do endividamento público junto ao Governo Federal, cujos mecanismos de indexação e taxas de juros sejam condizentes com a realidade por que passa o Estado.

Ressalta-se, na Tabela 25, que a evolução do estoque da dívida em relação ao PIB do Rio Grande do Sul mantém certa estabilidade. Contudo, os desembolsos são manifestamente superiores à capacidade real de pagamento do Estado.

Tabela 25 - Estoque da Dívida Fundada da Administração Direta em relação ao PIB gaúcho (R\$ 1.000,00)

ANO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
DÍVIDA INTERNA	16.601.567	18.892.745	23.110.688	25.148.846	27.603.012	29.095.416	30.837.838
DÍVIDA EXTERNA	738.775	942.221	1.491.045	1.316.382	1.301.043	1.121.521	944.626
TOTAL DE DÍVIDA	17.340.342	19.834.966	24.601.733	26.465.228	28.904.055	30.216.937	31.782.464
PIB DO RS	85.137.543	94.084.498	104.451.257	128.039.611	142.874.226	145.181.521	155.971.295
% DÍVIDA S/ PIB	20,37	21,08	23,55	20,67	20,23	20,81	20,38

**FONTE DE DADOS BRUTOS:** Secretaria da Fazenda do Estado do RS e Fundação de Economia e Estatística do RS.

**NOTA:** O PIB gaúcho de 2005 e 2006, divulgados pela FEE/RS, são preliminares.

A Tabela 26 mostra os valores empenhados para o pagamento do serviço da dívida pública. É indiscutível o tamanho do peso dessa dívida para os cofres estaduais. No período entre 2000 e 2006, despendeu-se, em média, o equivalente a 13,6% da Receita Corrente Líquida - RCL e 16,4% da Receita Líquida Real (RLR).

Tabela 26 - Valores empenhados do serviço da dívida em relação à RCL e RLR (R\$ 1.000,00)

ANO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
SERVIÇO DA DÍVIDA	853.201	973.717	1.218.958	1.423.762	1.459.007	1.714.304	1.775.460
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	6.657.894	7.714.865	8.414.927	9.660.540	10.736.730	12.349.352	13.312.373
RECEITA LÍQUIDA REAL - RLR	5.542.419	6.349.442	7.307.079	8.251.493	8.622.683	9.952.821	10.917.190
% SERVIÇO DA DÍVIDA / RCL	12,8	12,6	14,5	14,7	13,6	13,9	13,3
% SERVIÇO DA DÍVIDA / RLR	15,4	15,3	16,7	17,3	16,9	17,2	16,3

**FONTE DE DADOS BRUTOS:** Secretaria da Fazenda do Estado do RS.



### 2.7.3. Dos “Investimentos Amplos”

As dificuldades fiscais vêm pesando sobre a capacidade de investimento do Estado. Nos últimos dois governos, houve forte compressão desses gastos sem que houvesse redução no tamanho do déficit orçamentário, gerando consideráveis repercussões sobre a prestação de serviços básicos, como a saúde, segurança e educação, além de afetar de maneira robusta melhorias do setor de infraestrutura e de logística de transporte do Estado.

A Tabela 27 demonstra os investimentos efetivados em relação à Receita Corrente Líquida. Denota-se que, no período de 2000 a 2002, a média de investimentos em relação à RCL foi de 7,7%. De 2003 a 2006, este percentual reduziu-se para 6,0% da RCL. Em 2007, prevê-se que o percentual não deverá ser maior do que 3% da RCL.

Tabela 27 - Investimentos amplos empenhados em relação à RCL (R\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
INVESTIMENTOS AMPLOS	642.496	633.556	445.794	772.194	658.227	615.367	664.375
RCL	6.657.894	7.714.865	8.414.927	9.660.540	10.736.730	12.349.352	13.312.373
% INVESTIMENTOS / RCL	9,7	8,2	5,3	8,0	6,1	5,0	5,0

**FONTE DE DADOS BRUTOS:** Secretaria da Fazenda do Estado do RS.

**NOTA 1:** Os investimentos amplos englobam também o grupo de inversões financeiras.

**NOTA 2:** Em 2000, foram excluídos R\$ 180,6 milhões do grupo “Inversões Financeiras”, da rubrica 6501.

A Tabela 28 adiante demonstra a evolução dos investimentos por Poder e Órgãos, em relação à RCL, tendo o ano 2000 como base 100. Entre 2000 e 2006, coube ao Executivo a maior compressão, seguido pela Administração Indireta. Destaca-se o avanço de 234,5% reais do Ministério Público.

Tabela 28 - Investimentos amplos empenhados em relação à RCL

Órgãos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
INDIRETA	100,0	95,3	56,1	96,3	58,5	61,0	71,2
MINISTÉRIO PÚBLICO	100,0	90,0	198,2	232,7	369,0	343,5	334,5
PODER EXECUTIVO	100,0	81,2	42,2	62,2	55,2	34,2	26,1
PODER JUDICIÁRIO	100,0	49,7	120,0	139,9	108,4	88,8	94,7
PODER LEGISLATIVO	100,0	195,5	182,0	166,1	176,1	112,7	124,1
Total	100,0	85,1	54,9	82,8	63,5	51,6	51,7

**FONTE DE DADOS BRUTOS:** Secretaria da Fazenda do Estado do RS.

Faz-se urgente recuperar a capacidade de investimento do Estado. Para isso ocorrer, é condição essencial o estabelecimento de situação de equilíbrio orçamentário e financeiro. A disciplina fiscal austera permitirá no médio prazo a retomada por maiores volumes de investimentos nas áreas mais deprimidas de recursos.

Convém ressaltar, porém, que as restrições orçamentárias não permitem ao poder público dar conta de implementar a totalidade de projetos necessários e urgentes para sanear gargalos e elos faltantes na infra-estrutura do Estado. Contudo, essa necessidade poderá abrir caminho para realização de Parcerias Público-Privadas, um instrumento a ser colocado à disposição do gestor público para alavancar setores carentes que o projeto privado esteja disposto a investir. Ademais, o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, ao ser implementado no Estado, visa a dar melhores condições ao setor produtivo local.

#### **2.7.4. Das “Outras Despesas Correntes”**

O grupo “Outras Despesas Correntes” engloba, basicamente, os gastos com manutenção e custeio da máquina pública; serviços prestados à população na área da saúde, educação e segurança; transferências legais e constitucionais aos Municípios; Gestão Plena do SUS e encargos financeiros.

A Tabela 29 e a Tabela 30 mostram a evolução dos gastos por Poder, comparando-se com a Receita Corrente Líquida.

Tabela 29 - “Outras Despesas Correntes” por Poder e Órgãos – em valores nominais empenhados (R\$ 1.000,00)

ÓRGÃOS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
INDIRETA	681.433	761.427	782.324	744.827	887.708	1.073.727	1.089.546
MINISTÉRIO PÚBLICO	9.351	13.527	19.404	27.532	32.024	34.761	38.401
PODER EXECUTIVO	2.808.561	3.461.106	3.634.675	4.288.831	5.093.175	5.400.472	5.657.920
(-) TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS A MUNICÍPIOS	1.837.033	2.225.945	2.398.7255	2.354.712	2.444.559	3.316.561	3.473.862
(-) GESTÃO PLENA SUS	-	-	-	29.157	394.922	412.274	457.612
(+) PERDAS FUNDEF	-	-	-	347.088	372.904	-	-
PODER EXECUTIVO AJUSTADO	971.528	1.235.160	1.235.950	1.557.874	1.880.791	1.671.638	1.726.446
PODER JUDICIÁRIO	58.765	65.127	86.736	115.182	116.793	128.430	154.759
PODER LEGISLATIVO	39.997	44.404	47.902	53.008	58.915	66.177	63.585
<b>Total</b>	<b>1.761.074</b>	<b>2.119.644</b>	<b>2.172.315</b>	<b>2.498.424</b>	<b>2.976.230</b>	<b>2.974.733</b>	<b>3.072.737</b>
<b>RCL</b>	<b>6.657.894</b>	<b>7.714.865</b>	<b>8.414.927</b>	<b>9.660.540</b>	<b>10.736.730</b>	<b>12.349.352</b>	<b>13.312.373</b>
<b>% Total Gasto / RCL</b>	<b>26,45</b>	<b>27,47</b>	<b>25,82</b>	<b>25,86</b>	<b>27,72</b>	<b>24,09</b>	<b>23,08</b>

**FONTE DOS DADOS BRUTOS:** Secretaria da Fazenda do Estado do RS.

Tabela 30 - “Outras Despesas Correntes” em relação à Receita Corrente Líquida – Ano 2000 com base 100

ÓRGÃOS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
INDIRETA	100,0	96,5	90,9	75,4	80,8	84,9	80,0
MINISTÉRIO PÚBLICO	100,0	128,6	164,3	200,0	214,3	200,0	207,1
PODER EXECUTIVO AJUSTADO	100,0	109,7	100,7	110,6	120,1	92,8	88,9
PODER JUDICIÁRIO	100,0	95,5	117,0	135,2	123,9	118,2	131,8
PODER LEGISLATIVO	100,0	96,7	95,0	91,7	91,7	90,0	80,0
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>103,9</b>	<b>97,6</b>	<b>97,8</b>	<b>104,8</b>	<b>91,1</b>	<b>87,4</b>

**FONTE DOS DADOS BRUTOS:** Secretaria da Fazenda do RS.

O Poder Executivo, a Administração Indireta e pelo Poder Legislativo contiveram seus gastos. Contudo, no âmbito do Ministério Público e do Poder Judiciário foram verificadas as maiores elevações, apresentando, entre 2000 e 2006, respectivamente, elevação de 107,1% e 31,8% em relação à Receita Corrente Líquida.

Um estudo feito por esta SEPLAG demonstra que, em 2006, do total gasto do grupo “Outras Despesas Correntes”, deduzidas as despesas dos Poderes e Órgãos (Judiciário, Legislativo, Ministério Público e Defensoria Pública), as transferências constitucionais, o IPERGS, os encargos financeiros, as vinculações com convênios e as demais com previsão legal, restam apenas 22,04% sob controle direto e, portanto, passíveis de gerenciamento no curto prazo, conforme demonstra a Tabela 31.

Tabela 31 - Detalhamento do grupo "Outras Despesas Correntes" – em valores nominais (R\$ 1,00)

1. TOTAL COM "ODC" CONSOLIDADO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL	7.004.210.957
2. (-) COM OS DEMAIS PODERES	260.869.383
3. (-) COM AS TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS AOS MUNICÍPIOS	3.473.863.551
4. (-) COM O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RS (IPERGS)	578.640.070
5. (-) COM ENCARGOS FINANCEIROS	344.649.355
6. (-) COM VINCULAÇÃO A CONVÊNIOS	551.200.483
7. (-) COM DEMAIS PREVISÕES LEGAIS	251.160.067
8. (=)TOTAL DE DESPESAS ADMINISTRÁVEIS (1-2-3-4-5-6-7)	1.543.828.048
<b>PERCENTUAL DE DESPESAS CONSIDERADAS ADMINISTRÁVEIS</b>	<b>22,04%</b>

**FONTE DE DADOS BRUTOS:** Secretaria da Fazenda do Estado do RS.

## 2.8. Das Considerações Finais

A Tabela 32 e a Tabela 33, mostram os valores empenhados nos diversos grupos da despesa em relação à Receita Corrente Líquida. A intenção é demonstrar o percentual de quanto foi empenhado a mais do que a RCL, face às limitações que impossibilitam ao Estado recorrer às fontes tradicionais de financiamento.

Tabela 32 - Valores empenhados nominais nos diversos grupos da despesa (R\$ 1,00)

GRUPO DE DESPESAS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS AJUSTADO	5.116.693.256	5.686.912.752	6.653.326.768	7.496.237.105	7.831.122.877	8.541.618.713	9.557.428.344
SERVIÇO DA DÍVIDA	853.200.847	973.716.855	1.218.957.519	1.423.761.978	1.459.007.078	1.714.304.068	1.775.459.872
INVESTIMENTOS AJUSTADO	642.505.523	633.555.707	445.794.230	772.194.145	658.226.742	615.366.901	664.375.415
OUTRAS DESPESAS CORRENTES AJUSTADO	1.761.073.637	2.119.644.040	2.172.315.473	2.498.423.704	2.976.230.403	2.974.733.030	3.072.736.000
<b>TOTAL</b>	<b>8.373.473.263</b>	<b>9.413.829.354</b>	<b>10.490.393.990</b>	<b>12.190.616.932</b>	<b>12.924.587.100</b>	<b>13.846.022.712</b>	<b>15.069.999.631</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	6.657.894.000	7.714.865.000	8.414.927.000	9.660.540.000	10.736.730.000	12.349.352.000	13.312.373.000

**FONTE DE DADOS BRUTOS:** Secretaria da Fazenda do Estado do RS – Sistema Cubo

Tabela 33 - Percentuais empenhados em relação à Receita Corrente Líquida

GRUPO DE DESPESAS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS AJUSTADO	76,9	73,7	79,1	77,6	72,9	69,2	71,8
SERVIÇO DA DÍVIDA	12,8	12,6	14,5	14,7	13,6	13,9	13,3
INVESTIMENTOS AJUSTADO	9,7	8,2	5,3	8,0	6,1	5,0	5,0
OUTRAS DESPESAS CORRENTES AJUSTADO	26,5	27,5	25,8	25,9	27,7	24,1	23,1
<b>TOTAL DOS GRUPOS SOBRE A RCL</b>	<b>125,8</b>	<b>122,0</b>	<b>124,7</b>	<b>126,2</b>	<b>120,4</b>	<b>112,1</b>	<b>113,2</b>

**FONTE DE DADOS BRUTOS:** Secretaria da Fazenda do Estado do RS – Sistema Cubo

O processo de ajustamento do Resultado Primário, em curso desde 2000 e com maior intensidade a partir de 2004, não foi suficiente para solucionar a situação fiscal do Estado. Faz-se necessário alcançar o equilíbrio orçamentário e, principalmente, o financeiro. Para 2007 e para o “Plano Plurianual 2008-2011”, é preciso buscar esse objetivo, colocando em prática um conjunto eficaz de medidas, que seguem a Lei de Responsabilidade Fiscal e aprofundam os esforços sugeridos pelo “Pacto pelo Rio Grande”.

Esse esforço persistente deve inserir ações e objetivos no contexto da receita e da despesa. Pelo lado das receitas, entre outras medidas:

- I. Impulsão ao crescimento e ao dinamismo da economia gaúcha rumo a uma maior diversificação de sua matriz produtiva com ganhos no valor agregado;
- II. Esforços de arrecadação;
- III. Repartição justa dos tributos da União, através do firmamento de um novo pacto federativo;
- IV. Ressarcimento pela União aos Estados exportadores das perdas ocasionadas pela Lei Kandir;
- V. Implementação da reforma tributária, que ponha fim à guerra fiscal entre os Estados.

Em suma, pelo lado da receita são necessárias medidas que melhorem a arrecadação, caso contrário, a execução orçamentária de 2008 terá um déficit de, aproximadamente, R\$ 1,3 bilhão, mesmo atingindo forte compressão de despesas nas áreas de saúde e de educação, e um volume de investimentos em infra-estrutura menor que 3% da Receita Corrente Líquida, além de atraso sistemático dos salários dos servidores, podendo alcançar todos os Poderes e Órgãos do Estado.

Pelo lado da despesa, a racionalização e o controle de gastos devem fazer parte de todo gestor nos diversos Poderes e Órgãos da Administração Pública, levando-se a cabo de maneira eficaz os programas e ações vigentes do “Plano Plurianual 2008-2011”, buscando o realismo orçamentário e o estabelecimento de indicadores de resultado. Adiante, sinteticamente, analisar-se-á o grupo da despesa (pessoal, outras despesas correntes, serviço da dívida e investimento).

No grupo de “**Pessoal e Encargos Sociais**” - este item equivale em torno de dois terços do total das despesas realizadas, após a subtração das transferências legais e constitucionais aos municípios. Por isso, é de suma importância um controle efetivo sobre esse item, imprescindível para que se possa alcançar o equilíbrio orçamentário.

No grupo do “**Serviço da Dívida**” - o Estado despense à União mensalmente valores acima de sua capacidade com o pagamento de juros e encargos e amortização da dívida, em detrimento nos investimentos. São enviados aos cofres federais mais de 13% da Receita Corrente Líquida e mais de 16% da Receita Líquida Real. Faz-se necessário um rearranjo a fim de estancar o aumento do estoque da dívida e do montante de recursos enviados para Brasília todo mês.

Nas despesas com “**Manutenção e Custeio**” - Faz-se necessário seu controle rigoroso, revendo processos, no sentido de ajustar as despesas ao novo tamanho do Estado, tendo em vista ao ingresso de receitas, compensando a falta de recursos com racionalização e menores custos.

No grupo de “**Investimentos**” - estes já se encontram reduzidos a patamares ínfimos em relação à RCL. É imprescindível a retomada da capacidade de investimento do Estado, tendo em vista à demanda reprimida no setor de infra-estrutura, o que cerceia o progresso econômico, e no setor social, priorizando a educação, saúde e segurança e outras funções importantes.

Por fim, não se terá solução fácil no curto e no médio prazo. Contudo, o esforço incansável em busca de melhores resultados de arrecadação, pelo lado da receita, e o controle e racionalização de gastos, pelo lado da despesa, é necessário para a sustentabilidade financeira do Estado ainda no curto prazo. A sociedade gaúcha não espera outra coisa do Poder Público senão o controle rigoroso de cada gasto e a gradativa superação dos obstáculos.

### 3 DEMONSTRATIVO DAS DESONERAÇÕES FISCAIS DO ESTADO DO RS

Pela sua relevância e ineditismo, apresentamos, neste capítulo o “Demonstrativo das Desonerações Fiscais do Estado do Rio Grande do Sul”. Tradicionalmente a Secretaria da Fazenda demonstrava, até o exercício de 2006, uma estimativa “global” das desonerações do ICMS para efeito da elaboração da proposta orçamentária do exercício seguinte (demonstrativo exigido pelo artigo 165, § 6.º da CF e artigo 149, § 5, V, da CE). O método de estimação global apura a redução de receita pela diferença entre o imposto que seria devido sem a desoneração e o obtido com a desoneração. Logo, a estrutura tributária de referência adotada considera o ICMS potencial a ser alcançado como o resultado da soma da arrecadação efetivamente realizada com o total das desonerações quantificadas.

Com a utilização recente de uma nova base de dados no âmbito da Secretaria da Fazenda e com um tratamento metodológico adequado foi possível obter estimativas desagregadas das renúncias fiscais, tanto pela natureza jurídica do benefício, como pela sua finalidade. Em alguns casos, como nos créditos presumidos, o detalhamento de informações alcança cada código de desoneração. Cabe ressaltar, neste último caso, que algumas desonerações não foram demonstradas de forma desagregada pois poderiam permitir a identificação do contribuinte, e, com isto, ferir o sigilo fiscal.

Os valores obtidos pelos dois métodos (“global” e “desagregado”) são aproximados, servindo mutuamente como testes de consistência metodológica. A nova metodologia será objeto de aperfeiçoamento e aprimoramento na coleta de informações e sistematização de dados.

Apresentamos, então neste Orçamento quatro Tabelas. A Tabela 34 resume o conjunto das desonerações, a Tabela 35 por natureza jurídica; a Tabela 36 exprime as desonerações por Finalidade; e, finalmente a Tabela 37, a Tabela 38 e a Tabela 39 demonstram todas as desonerações por natureza jurídica, finalidade e o dispositivo legal que as ampara.

As desonerações de receita do ICMS aqui consideradas são abrangentes. Não se restringem aos incentivos fiscais dados às empresas, dentro do que se convencionou chamar “guerra fiscal”, nem aos benefícios fiscais consagrados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ). O elenco das renúncias de receita a ser mensurado engloba: as não incidências (em especial a imunidade às exportações), as isenções, os créditos presumidos, as reduções de base de cálculo e os institutos da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

As fontes básicas dos dados utilizados para a quantificação foram os sistemas de informações econômico-fiscais disponíveis na Secretaria de Fazenda, quais sejam aqueles baseados nas Guias de Informação e Apuração do ICMS ou no SINIEF (informados pelos contribuintes) e, excepcionalmente, de outras bases de dados não constantes nas referidas guias. Desde já podemos observar que a mensuração da receita potencial que pode ser efetuada a partir dos sistemas de informações fiscais oficiais não permite identificar a evasão ilegal do tributo (sonegação) não apurada pela Fiscalização Tributária, uma vez que o cálculo foi procedido com base nas informações prestadas pelos próprios contribuintes ou levantadas pelo Fisco. Cabe ressaltar que o universo de contribuintes abrangido

por este demonstrativo não inclui as empresas dispensadas de apresentar as Guias de Informação e Apuração do ICMS, as pessoas físicas e os produtores rurais.

Além do ICMS, a SEFAZ/RS promove a inclusão no demonstrativo de estimativas globais preliminares relativas ao IPVA e ao ITCD (ambos com algumas restrições), contemplando todo o universo dos impostos de competência estadual.

Tabela 34 - Resumo das Desonerações Fiscais do Estado do Rio Grande do Sul - 2006

ESPECIFICAÇÃO	VALOR NOMINAL (R\$)	% DO TOTAL	% DO IMPOSTO POTENCIAL
RELATIVAS AO ICMS	6.532.901.644	97,56%	35,61%
RELATIVAS AO IPVA	134.702.613	2,01%	13,92%
RELATIVAS AO ITCD	28.889.892	0,43%	31,59%
<b>TOTAL</b>	<b>6.696.494.149</b>	<b>100,00%</b>	

**FONTE:** Secretaria da Fazenda do RS.

Tabela 35 - Desonerações Fiscais do ICMS Desagregadas por Natureza Jurídica - 2006

DESONERAÇÕES	VALOR NOMINAL	% DAS DESONERAÇÕES	% DO ICMS POTENCIAL
NÃO-INCIDÊNCIAS, exceto Exportações	587.062.368	8,99%	3,20%
EXPORTAÇÕES	3.143.442.295	48,12%	17,13%
ISENÇÕES:	602.111.206	9,22%	3,28%
REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO	483.818.282	7,41%	2,64%
CRÉDITOS PRESUMIDOS	1.216.403.360	18,62%	6,63%
MICRO E EPP	500.064.132	7,65%	2,73%
<b>TOTAL DAS DESONERAÇÕES</b>	<b>6.532.901.644</b>	<b>100,00%</b>	<b>35,61%</b>
ICMS	11.813.299.091	-	64,39%
ICMS POTENCIAL	18.346.200.734	-	100%

**FONTE:** Secretaria da Fazenda do RS.



Tabela 36 - Demonstrativo das Desonerações Fiscais do ICMS por Finalidade - 2006

FINALIDADE	VALOR NOMINAL (R\$)	% DO ICMS POTENCIAL	% SOBRE O TOTAL DAS DESONERAÇÕES
AGROPECUÁRIO	321.824.807,49	1,75%	4,93%
ALIMENTAÇÃO (SOCIAL)	149.670.086,82	0,82%	2,29%
ASSISTÊNCIA SOCIAL	17.068.904,59	0,09%	0,26%
CULTURAL (SOCIAL)	37.920.760,76	0,21%	0,58%
ECOLÓGICO	1.980.046,22	0,01%	0,03%
ECONÔMICO	1.489.420.953,16	8,12%	22,80%
OPERACIONAL	832.252.356,28	4,54%	12,74%
SAÚDE (SOCIAL)	8.589.647,51	0,05%	0,13%
SETOR PÚBLICO	30.667.654,56	0,17%	0,47%
EXPORTAÇÕES	3.143.442.294,50	17,13%	48,12%
MICROEMPRESAS E EPPS	500.064.131,66	2,73%	7,65%
<b>TOTAL</b>	<b>6.532.901.643,55</b>	<b>35,61%</b>	<b>100,00%</b>

FONTE: Secretaria da Fazenda do RS.

Tabela 37 - Demonstrativo das Desonerações Fiscais do ICMS por Finalidade - 2006

ESTIMATIVA DAS DESONERAÇÕES	VALOR NOMINAL 2006	% SOBRE O ICMS POTENCIAL	% SOBRE O TOTAL DAS DESONERAÇÕES DE ICMS
ESTIMATIVA DAS DESONERAÇÕES DO ICMS - DISPOSITIVO LEGAL DA DESONERAÇÃO (Regulamento do ICMS) - NÃO-INCIDÊNCIAS, exceto Exportações - Livro I, art. 11	587.062.368,24	3,1999%	8,9862%
Cultural (social)	21.509.973,90	0,1172%	0,3293%
LIVRO I,11,I -PAPEL P/JORNAIS, PERIODICOS E LIVROS			
LIVRO I,11,II -JORNAIS, PERIODICOS E LIVROS			
LIVRO I,11,XVI-CDS ACOMPANHAM JORNAIS,PERIODICOS			
Operacional	565.552.394,34	3,0827%	8,6570%
LIVRO I,11,III -ENERG ELET,PETROLEO,COMB-INTERESTADUAL			
LIVRO I,11,IV -OURO COMO ATIVO FINANCEIRO			
LIVRO I,11,VI -MERC P/UTILI PREST SERV SUJEITA AO ISS			
LIVRO I,11,VIII -ALIENACAO FIDUCIARIA EM GARANTIA			
LIVRO I,11,IX -ARRENDAMENTO MERCANTIL			



ESTIMATIVA DAS DESONERAÇÕES	VALOR NOMINAL 2006	%SOBRE O ICMS POTENCIAL	% SOBRE O TOTAL DAS DESONERAÇÕES DE ICMS
LIVRO I,11,X -SALVADOS DE SINISTRO			
LIVRO I,11,XIV -MERCADORIAS DE TERCEIROS			
BENS DO ATIVO PERMANENTE OU DO USO E CONSUMO			
Outros			
EXPORTAÇÕES - Livro I, art. 11, V	3.143.442.294,50	17,1340%	48,1171%
ISENÇÕES - Livro, I, arts. 9º e 10	602.111.206,48	3,2819%	9,2166%
Agropecuário	249.806.607,02	1,3616%	3,8238%
LIVRO I,9,II -REPRODUTORES OU MATRIZES			
LIVRO I,9,III -EMBRIÕES OU SEMEM CONG OU RESFRIADO			
LIVRO I,9,IV -EQUINOS			
LIVRO I,9,VIII -INSUMOS AGROPECUARIOS			
LIVRO I,9,IX -PROD P/ALIM ANIMAL/FABRICACAO RAÇÃO			
LIVRO I,9,X -BULBOS DE CEBOLA			
LIVRO I,9,XI -POS-LARVA DE CAMARÃO			
LIVRO I,9,XVIII -FLORES NATURAIS			
LIVRO I,9,XCIV - TERRA ENRIQUECIDA			
LIVRO I, 9, CXXIV - MAÇÃS E PERAS			
LIVRO I,10,VI -TRANSPORTE DE CALCÁRIO			
Alimentação (social)	61.548.176,89	0,3355%	0,9421%
LIVRO I,9,XV -FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES			
LIVRO I,9,XVII -OVOS			
LIVRO I,9,XIX -HORTIFRUTIGRANJEIROS			
LIVRO I,9,XX -LEITE FLUIDO			
LIVRO I,9, INC.CXXV - PÃO FRANCES			
Outras			
Assistência Social	5.669.945,32	0,0309%	0,0868%
LIVRO I,9,XXXIX -CADEIRA RODAS, PROTESES . . .			
LIVRO I,9,XL -VEIC AUTOM P/PORTADORES DEFICIÊNCIA			



ESTIMATIVA DAS DESONERAÇÕES	VALOR NOMINAL 2006	%SOBRE O ICMS POTENCIAL	% SOBRE O TOTAL DAS DESONERAÇÕES DE ICMS
LIVRO I,9, XLIX -DOACAO ENTIDAD GOVERN OU ASSIST.			
LIVRO I,9,L -DOACOES EFETUADAS AO GOVERNO ESTADUAL			
LIVRO I,9,LXII -TRAVA-BLOCO P/CONSTR CASA POPULAR			
LIVRO I,9,LXV -PROG RECUP PORTADOR DE DEFICIÊNCIA			
LIVRO I,9,LXVIII -INSTIT ASSISTENC SOCIAL/EDUCACIONAL			
LIVRO I,9,LXXII -DOAÇÃO À SUDENE			
LIVRO I,9,XCII -DOAÇÕES P/ASSISTÊNCIA VÍTIMAS			
LIVRO I,9, XCVII - MENSAGEIRO DA CARIDADE			
LIVRO I,9,CXI-PROD.ALIM.CONSIDERADOS PERDA p/BANCO ALIMENTOS			
LIVRO I,9 CXII-PROD.ALIM.CONSIDRADOS PERDA p/BANCO ALIMENTOS			
LIVRO I, 9 , CXVI - FOME ZERO			
LIVROI,9,CXXI-MERC DE PROD. PROP COOP SOCIAIS			
LIVROI,9,CXXVII-SUBVENÇÃO ENERGIA ELÉTRICA - ref. Lei 10604/01			
LIVROI,9,CXXX-SANDUICHES "BIG MAC"			
Cultural (social)	30.308,35	0,0002%	0,0005%
LIVRO I,9,XXXII -OBRAS DE ARTE			
LIVRO I,9,LXVII -OBRAS DE ARTESANATO			
Ecológico	1.980.046,22	0,0108%	0,0303%
LIVRO I,9,XXVII -OLEO LUBRIFIC USADO CONTAMINADO			
LIVRO I,9,LXXXV -EQUIP P/ENERGIAS SOLAR E EOLICA			
LIVROI,9,CVIII-EMB.VAZIAS DE AGROTÓXICOS			
LIVROI,9,CXXXVII-CIMENTO ASFÁLTICO C/BORRACHA DE PNEU			
LIVRO I,9,CXXVIII -PILHAS E BATERIAS USADAS			
Econômico	26.883.771,16	0,1465%	0,4115%
LIVRO I,9,XXV -ZONA FRANCA DE MANAUS			
LIVRO I,9,XXVI -AREAS DE LIVRE COMERCIO			
LIVRO I,9,XXVIII -EMBARCAÇÕES			
LIVRO I,9,XXIX -PROD P/CONSUM EMBARC/AERONAVES BANDEIRA EXTRANG.			



ESTIMATIVA DAS DESONERAÇÕES	VALOR NOMINAL 2006	%SOBRE O ICMS POTENCIAL	% SOBRE O TOTAL DAS DESONERAÇÕES DE ICMS
LIVRO I,9,XXX -COMBUST. P/ EMBARC E AERONAVES C/DESTINO EXTERIOR			
LIVRO I,9,XXXI -PROGRAMAS DE COMPUTADOR			
LIVRO I,9,LXXIX -TAXI - VEÍCULOS			
LIVRO I,9,LXXXVI -"FREE SHOPS"			
LIVRO I,9,LXXXVIII -OLEO DIESEL P/EMBARC PESQUEIRAS			
LIVRO I,9,LXXXIX-PROJ INT EXPL AGR PEC RORAIMA			
LIVRO I,9,XCVI-ZONAS PROCESSAMENTO EXPORT-			
LIVRO I,9,XCIX-EQUIP.P/USINA TERMEL.CANDIOTA			
LIVRO I,9,CXVIII-MAQ.P/USINA TERMELETRICA			
LIVRO I,9,CXIX- MÁQ. E EQUIP P/ FÁBRICAS CERVEJAS,REFRIG,SUCOS ...			
LIVRO I,9,CXXII-GUINDASTE MOVEL PORTUARIO			
LIVRO I,9,CXXIII-REPORTO-IMPORT.ATIVO IMOBILIZADO			
LIVRO I,9,CXXVI -TIJOLOS DE CERAMICA			
LIVRO I,9,CXXXI -MEDIDORES DE VASÃO			
LIVRO I,9,CXXXIII -BEM IMPORTADO MANUTENÇÃO DE AERONAVES (DAF)			
LIVRO I,9,CXXXIV- BENS PARA ATIVO IMOBILIZADO - REPORTO			
LIVRO I,9,CXXXV- PRODUTOS P/MANUTENÇÃO GASODUTO BRASIL BOLIVIA			
LIVRO I,9,CXXXVI- CDA E WARRANT AGROPECUÁRIO			
LIVRO I,10,IV -DIFUSAO SONORA			
LIVRO I,10,V -TRANSPORTE DE PESSOAS EM TAXI			
LIVRO I,10,VII -TRANSPORTE FERROVIARIO DE CARGAS			
Saúde (social)	8.361.731,49	0,0456%	0,1280%
LIVRO I,9,XXXVIII -MEDICAMENTOS P/ TRATAM DA AIDS			
LIVRO I,9,XLI -MEDICAMENTOS QUIMIOTERICOS			
LIVRO I,9,LXIII -PRODUTOS FARMACEUTICOS			
LIVRO I,9,LXXXIV -PRESERVATIVOS			
LIVRO I,9,LXXXVII -EQUIP DIDAT,CIENT,MEDICO-HOSPITALARES			
LIVRO I,9,XCVIII-EQUIP.PRESTACAO SERV.SAÚDE			



ESTIMATIVA DAS DESONERAÇÕES	VALOR NOMINAL 2006	%SOBRE O ICMS POTENCIAL	% SOBRE O TOTAL DAS DESONERAÇÕES DE ICMS
LIVRO I,9,CIV-EQUIP MED HOSPIT.P/MINIST.SAÚDE			
LIVRO I,9,CXIV-MEDICAMENTOS ESPECIFICADOS			
LIVRO I, 9,CXV - FARMACOS E MEDICAMENTOS P/ADM. PÚBLICA			
LIVRO I, 9,CXXIX- PRODUTOS FARMACÉUTICOS DA FIOCRUZ			
Operacional	217.162.965,47	1,1837%	3,3241%
LIVRO I,9,V -AMOSTRA DIMINUTO OU NENHUM VAL COMERCIAL			
LIVRO I,9,VI -EXPOSICOES OU FEIRAS-SAIDAS			
LIVRO I,9,VII -EXPOSICOES OU FEIRAS-RETORNO			
LIVRO I,9,XII -VASILHAMES,RECIP E EMBALAG-SAIDA			
LIVRO I,9,XIII -VASILHAMES,RECIP,EMBALAG -RETORNO			
LIVRO I,9,XIV -BOTIÇÕES VAZIOS DE GLP			
LIVRO I,9,XXIII -"DRAWBACK"-SAIDAS P/BENEFICIAMENTO			
LIVRO I,9,XXIV -"DRAWBACK"-RETORNO BENEFICIAMENTO			
LIVRO I,9,CI-IMP.MERC.OU BENS REGIME ESP ADUANEIRO			
LIVRO I,9,CIII-MERCADORIAS EM PENHORA			
LIVRO I,9,CX ARRENDAMENTO MERCANTIL			
LIVRO I,9,CXXXVIII -PARTE E PEÇAS DEFEITUOSAS SUBSTITUÍDAS - GARANTIA			
LIVRO I,10,IX-TRANSP CARGA			
Setor Público	30.667.654,56	0,1672%	0,4694%
LIVRO I,9,XLVIII -ENERG ELET,VEIC P/MISSAO DIPLOMÁTICA			
LIVRO I,9,LX -ORGAOS DA ADMINIST PUBLICA-SAIDA			
LIVRO I,9,LXI -ORGAOS DA ADMINIST PUBLICA-RETORNO			
LIVRO I,9,LXIX -VEIC P/FISCALIZACAO DE TRIB ESTADUAIS E POLÍCIA MILITAR			
LIVRO I,9,LXX -DOACAO A SECRETARIA DA EDUCACAO			
LIVRO I,9,LXXI -CENTRO FORM DE RH DO SISTEM SENAI			
LIVRO I,9,LXXIII -VEIC P/CORPOS BOMBEIROS			
LIVRO I,9,LXXIV -CAVALOS DOADOS A BRIGADA MILITAR			
LIVRO I,9,LXXV -PROMOFAZ			



ESTIMATIVA DAS DESONERAÇÕES	VALOR NOMINAL 2006	%SOBRE O ICMS POTENCIAL	% SOBRE O TOTAL DAS DESONERAÇÕES DE ICMS
LIVRO I,9,LXXVI -VEICULOS DE BOMBEIROS			
LIVRO I,9,LXXVII -ENERG ELET P/ADM PUBLICA ESTADUAL			
LIVRO I,9,LXXXIII -COLETORES ELETRONICOS DE VOTO			
LIVRO I,9,XC -ATIVO IMOBILIZADO - EMBRAPA			
LIVRO I,9,CII-VEICULOS P/DEP.POLICIA FEDERAL			
LIVRO I,9,CIX-VEICULOS P/A POLICIA ROD.FEDERAL - REAPARELHAMENTO			
LIVRO I,9,CIVX-VEICULOS P/A POLICIA ROD.FEDERAL			
LIVRO I,9,CXX-COMPRAS PELO ESTADO DE PROD.FARMAC ...			
LIVRO I,9,CXXXII-SELOS CONTROLE FISCAL FEDERAL			
LIVRO I,10,I -TELECOMUNICACAO P/ ADM PUBLICA			
LIVRO I,10,II -TELECOMUNIC P/ MISSOES DIPLOMATICAS			
LIVRO I,10,VIII -TRANSPORTE DE MERCADORIA-PROMOFAZ			
REDUÇÕES DE BASE DE CÁLCULO: Livro, I arts. 23 e 24	483.818.282,32	2,6372%	7,4059%
Agropecuário	71.098.926,60	0,3875%	1,0883%
LIVRO I,23,V -TRIGO EM GRÃO			
LIVRO I,23,IX -INSUMOS AGROPECUÁRIOS			
LIVRO I,23,X -ALIMENTACAO ANIMAL/FABRICAÇÃO RAÇÃO			
LIVRO I,23,XIV -MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRICOL			
LIVRO I, 23, XXXI- MEL PURO			
Alimentação (social)	88.121.909,93	0,4803%	1,3489%
LIVRO I,23,II -CESTA BÁSICA DE ALIMENTOS			
LIVRO I,23,XXX-EMBALAG.P/MERC.QUE COMPÕEM A CESTA BÁSICA			
Assistência Social	7.286.390,00	0,0397%	0,1115%
LIVRO I,23,XXXVI-ENERGIA ELETRICA RESIDENCIAL, ATÉ 50 KW			
Econômico	279.946.043,77	1,5259%	4,2852%
LIVRO I,23,III -OLEO EM BRUTO/EMBALAGENS			
LIVRO I,23,VI -REFEIÇÕES-RESTAURANTES			
LIVRO I,23,VII -AGUA NATURAL CANALIZADA			



ESTIMATIVA DAS DESONERAÇÕES	VALOR NOMINAL 2006	%SOBRE O ICMS POTENCIAL	% SOBRE O TOTAL DAS DESONERAÇÕES DE ICMS
LIVRO I,23,XI -XAMPUS E DESODORANTES			
LIVRO I,23,XII -BEFIEX			
LIVRO I,23,XIII -MAQ,EQUIPAM APARELHOS,INDUSTR			
LIVRO I,23,XV -AERONAVES, PECAS E ACESSORIOS			
LIVRO I,23,XVI -PROD ACABADOS DE INFORM/AUTOMAÇÃO			
LIVRO I,23,XVII -FERROS E ACOS NAO-PLANOS			
LIVRO I,23,XVIII -TIJOLOS,TELHA,TUBO,MANILHA ...			
LIVRO I,23,XIX -ZONA FRANCA DE MANAUS			
LIVRO I,23,XX -TRILHOS P/FERROVIA SUL-ATLANTIC			
LIVRO I,23,XXI -VEICULOS AUTOMOTORES			
LIVRO I,23,XXII -VEIC AUTOM-DIFERENCIAL ALIQUOTA			
LIVRO I,23,XXIV - BLOCOS E TIJOLOS DE CONCRETO			
LIVRO I,23,XXV- VEÍCULOS DE DUAS RODAS			
LIVRO I,23,XXVI-VEÍCULOS DE DUAS RODAS-DIF			
LIVRO I,23,XXXIV-MÁQUINAS PARA USINA TERMOELÉTRICA SEIVAL			
LIVRO I,23,XXXV-PEDRA BRITADA E DE MAO			
LIVRO I,23,XXXIX ESCADAS E TAPETES ROLANTE			
LIVRO I,23, XL-CARNE AVES, LEPORÍDEOS ...			
LIVRO I,23,XLI -TERMINAIS PORTATEIS TELEFONIA			
LIVRO I,24,I -TRANSP INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS			
LIVRO I,24,II -TELEVISAO POR ASSINATURA			
LIVRO I,24,III -RADIOCHAMADA			
LIVRO I,24,IV - ACESSO ONEROSO A INTERNET			
LIVRO I,24,V-TELEFONIA FIXA A EMP DE "CALL CENTER"			
Operacional	37.137.096,00	0,2024%	0,5685%
LIVRO I,23,I -MERCADORIAS USADAS			
LIVRO I,23,XXVII-IMP.MERC.OU BENS SOB REGIME ADMISSÃO TEMPORÁRIA			
LIVRO I,23,XXIX-MEDICAMENTOS E PROD PERFUMARIA			



ESTIMATIVA DAS DESONERAÇÕES	VALOR NOMINAL 2006	%SOBRE O ICMS POTENCIAL	% SOBRE O TOTAL DAS DESONERAÇÕES DE ICMS
LIVRO I,23,XXXII-VEICULOS,MAQ,APARELHOS			
LIVRO I,23,XXXIII-PNEUMATICOS,CAMARAS DE AR			
LIVRO I,23,XXXVII-GASOLINA E ALCOOL ANIDRO P/COMBUSTÍVEIS			
Saúde (social)	227.916,02	0,0012%	0,0035%
LIVRO I,23,VIII -CESTA BASICA DE MEDICAMENTOS			
CRÉDITOS PRESUMIDOS: Livro I, art. 32	1.216.403.360,35	6,6303%	18,6196%
Agropecuário	919.273,87	0,0050%	0,0141%
LIVRO I, 32,XXIV - PRODUTORES/DESTINATARIOS DE MAÇÃS	4.127,73	0,0000%	0,0001%
LIVRO I, 32,LII - PROGR. PRÓ-PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA - AGROINDÚSTRIAS	869.373,72	0,0047%	0,0133%
LIVRO I, 32,LIII - PROGR. PRÓ-PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA - COOPERATIVAS	45.772,42	0,0002%	0,0007%
Assistência Social	4.112.569,27	0,0224%	0,0630%
LIVRO I, 32,LXIV - PROJETOS SOCIAIS	4.112.569,27	0,0224%	0,0630%
Cultural (social)	16.380.478,51	0,0893%	0,2507%
LIVRO I, 32,V - DISCOS FONOGRÁFICOS	418.035,32	0,0023%	0,0064%
LIVRO I, 32,VI - OBRAS DE ARTE	8.488,77	0,0000%	0,0001%
LIVRO I, 32,XV - PROJETOS CULTURAIS	15.810.750,66	0,0862%	0,2420%
LIVRO I, 32,LXXIII - PROCENS	143.203,76	0,0008%	0,0022%
Econômico	1.182.591.138,23	6,4460%	18,1021%
LIVRO I, 32,IV - RESTAURANTES	5.727.170,07	0,0312%	0,0877%
LIVRO I, 32,VII - CHAPAS E BOBINAS DE AÇO	86.875.634,07	0,4735%	1,3298%
LIVRO I, 32,VIII - PROD. INFORMÁTICA / ALTO-FALANTE, RECEPTORES	87.864.560,68	0,4789%	1,3450%
LIVRO I, 32,IX - TELHAS, TIJOLOS, LAJOTAS E MANILHAS	5.026,92	0,0000%	0,0001%
LIVRO I, 32,XI - PROGRAMA AGREGAR-RS CARNES - ENTRADAS GADO	39.944.215,06	0,2177%	0,6114%
LIVRO I, 32,XIII - XXVIII - XLVII e LXXIV - FUNDOPEM, FUNDOPEM Nosso emprego, e FUNDOPEM Leis 11.028/97 e 11.916/03	297.450.907,00	1,6213%	4,5531%
LIVRO I, 32,XVII - PROD. RESULTANTES ABATE DE AVES	3.121.161,31	0,0170%	0,0478%
LIVRO I, 32,XIX - INDUSTRIA VINICOLA	6.815.857,28	0,0372%	0,1043%
LIVRO I, 32,XXII - PREST. SERVIÇO TRANSPORTE AÉREO	49.056,28	0,0003%	0,0008%





ESTIMATIVA DAS DESONERAÇÕES	VALOR NOMINAL 2006	%SOBRE O ICMS POTENCIAL	% SOBRE O TOTAL DAS DESONERAÇÕES DE ICMS
LIVRO I, 32,XXVI - INDÚSTRIA DE QUEIJOS	14.506.041,15	0,0791%	0,2220%
LIVRO I, 32,XXXI - PRODUTOS FARMACÊUTICOS	1.512.149,16	0,0082%	0,0231%
LIVRO I, 32,XXXIII - ARROZ BENEFICIADO	39.401.894,14	0,2148%	0,6031%
LIVRO I, 32,XXXIV - PROGRAMA APOIO AOS FRIGORÍFICOS	851.537,70	0,0046%	0,0130%
LIVRO I, 32,XXXV - IND. LINGÜIÇAS, MORTAD., SALSICHAS	25.319.486,47	0,1380%	0,3876%
LIVRO I, 32,XXXVI - LEITE EM PO	8.779.536,80	0,0479%	0,1344%
LIVRO I, 32,XXXVII - MADEIRA SERRADA	1.604.791,52	0,0087%	0,0246%
LIVRO I, 32,XL - PROD. COMESTÍVEIS RESULT. ABATE SUÍNO	10.670.972,45	0,0582%	0,1633%
LIVRO I, 32,XLII - PRIN/RS - PROTOCOLO INDIVIDUAL	2.398,35	0,0000%	0,0000%
LIVRO I, 32,XI - PROGR. AGREGAR-RS CARNES - SAÍDAS INTERESTADUAIS	6.048.853,16	0,0330%	0,0926%
LIVRO I, 32,XLIV - PROTEÍNAS, LECITINA E GORDURAS VEGETAIS	3.265.593,51	0,0178%	0,0500%
LIVRO I, 32,XLVI - ENERGIA ELÉTRICA P/ESTAB. COMERCIAIS	24.172.393,98	0,1318%	0,3700%
LIVRO I, 32,XLVIII - CARNE E PRODUTOS DE PERU	784.050,49	0,0043%	0,0120%
LIVRO I, 32,XLIX - VERDURAS E HORTALIÇAS	2.062.005,23	0,0112%	0,0316%
LIVRO I, 32,LI - ARRENDAMENTO MERCANTIL	3.365,32	0,0000%	0,0001%
LIVRO I, 32,XI - PROGR. AGREGAR-RS CARNES - SAÍDAS INTERNAS	8.262.824,80	0,0450%	0,1265%
LIVRO I, 32,LIV - SALAME E CARNE SUÍNA TEMPERADA	1.058.889,45	0,0058%	0,0162%
LIVRO I, 32,LV - PAPEL HIGIÊNICO	2.020.442,59	0,0110%	0,0309%
LIVRO I, 32,LVI - REATORES ELETRÔNICOS	282.873,31	0,0015%	0,0043%
LIVRO I, 32,LVII - ÓLEO DE SOJA	23.992,69	0,0001%	0,0004%
LIVRO I, 32,LVIII - EMPANADOS DE AVES	1.124.469,43	0,0061%	0,0172%
LIVRO I, 32,LIX - MÁRMORES E GRANITOS	546.571,96	0,0030%	0,0084%
LIVRO I, 32,LX - MEL PURO	190.255,36	0,0010%	0,0029%
LIVRO I, 32,LXI - MÓVEIS	5.823.578,75	0,0317%	0,0891%
LIVRO I, 32,LXII - BOLACHAS E BISCOITOS	4.684.121,57	0,0255%	0,0717%
LIVRO I, 32,LXIII - LEITE	65.660.934,90	0,3579%	1,0051%
LIVRO I, 32,LXV - CONSERVAS DE FRUTAS EXCETO PESSEGO	1.152.255,17	0,0063%	0,0176%
LIVRO I, 32,LXVI - CONSERVAS DE PÊSSEGO	3.207.794,71	0,0175%	0,0491%



ESTIMATIVA DAS DESONERAÇÕES	VALOR NOMINAL 2006	%SOBRE O ICMS POTENCIAL	% SOBRE O TOTAL DAS DESONERAÇÕES DE ICMS
LIVRO I, 32,LXIX - FARINHA DE TRIGO	16.018.599,72	0,0873%	0,2452%
LIVRO I, 32,LXXII - CERVEJAS, REFRIG., SUCOS E ÁGUA MINERAL	18.577,01	0,0001%	0,0003%
LIVRO I, 32,LXXV - CONSTRUÇÃO DE PLATAFORMA DE EXPL E PROD DE PETRÓLEO	4.688.457,15	0,0256%	0,0718%
LIVRO I, 32,LXXVI - FARINHA DE TRIGO, MISTURAS ...	6.602.513,60	0,0360%	0,1011%
LIVRO I, 32,LXXVII - CONSERVAS DE VERDURAS E HORTALIÇAS	1.083.181,26	0,0059%	0,0166%
LIVRO I, 32,LXXVIII - VINHO	1.291.899,43	0,0070%	0,0198%
LIVRO I, 32,LXXIX - GELÉIAS DE FRUTAS	722.281,16	0,0039%	0,0111%
LIVRO I, 32,LXXX - TERMINAIS PORTÁTEIS DE TELEFONIA CELULAR	203.451,33	0,0011%	0,0031%
LIVRO I, 32,LXXXI - PEIXES, CRUSTÁCEOS E MOLUSCOS	1.263.872,00	0,0069%	0,0193%
LIVRO I, 32,LXXXII - CARNES E PROD RESULT ABATES	9.929.342,73	0,0541%	0,1520%
LIVRO I, 32,LXXXIII - PROD. INDUST. CARNES DE AVES	7.201.911,42	0,0393%	0,1102%
LIVRO I, 32,OUTROS:	372.689.388,63	2,0314%	5,7048%
LIVRO I, 32,X - PEÇAS E COMPONENTES P/CONDIC DE AR			
LIVRO I, 32,XII - INDÚSTRIAS LANIFÍCIAS			
LIVRO I, 32,XIV - "TOPS" DE LÃ, FIOS ACRÍLICOS, FIOS DE LÃ			
LIVRO I, 32,XXIII - INDUSTRIALIZADORES DE MANDIOCA			
LIVRO I, 32,XXVII - FOMENTAR - RS			
LIVRO I, 32,XXXVIII - CARNE COZIDA ENLATADA			
LIVRO I, 32,XLV - CARNE E PRODUTOS DE GADO BOVINO P/EXTERIOR			
LIVRO I, 32,L - ALHO			
LIVRO I, 32,LXVII - PROGRAMA SLP CERÂMICO			
LIVRO I, 32,LXVIII - IMPORTADORES DE VEÍCULOS			
LIVRO I, 32,LXXI - FERTILIZANTES			
LIVRO I, 32,LXXXIV - SAÍDAS INTERNAS NAFTA			
Operacional	12.399.900,47	0,0676%	0,1898%
LIVRO I, 32,XXI - PRESTADOR SERVIÇOS DE TRANSPORTE	12.399.900,47	0,0676%	0,1898%
MICRO E EPP - Lei 10.045/93	500.064.131,66	2,7257%	7,6545%
<b>TOTAL DAS DESONERAÇÕES DO ICMS</b>	<b>6.532.901.643,55</b>	<b>35,6090%</b>	<b>100,00%</b>

FONTE: Secretaria da Fazenda do RS.

Tabela 38 - Estimativa das Desonerações do IPVA

ESTIMATIVA DAS DESONERAÇÕES DO IPVA - DISPOSITIVO LEGAL DA DESONERAÇÃO (Lei 8.815/85)	VALOR NOMINAL 2006	% SOBRE O IPVA POTENCIAL	% SOBRE O TOTAL DAS DESONERAÇÕES DE IPVA
IMUNIDADES, E ISENÇÕES EXCETO Inc. IV e V, do art. 4º da Lei. - Lei 8115/85, arts. 3º e 4º, I a III, VI a VIII e § 1º	51.052.614,76	5,2761%	37,9002%
DESCONTOS DA LEI DO BOM MOTORISTA - Lei 11.400/99, alterada pela Lei 11.644/01	47.347.770,95	4,8932%	35,1499%
DESCONTOS POR ANTECIPAÇÃO DO IMPOSTO - Lei 8115/85, art. 11, combinado c/ Dec. 32.144/85, art. 14, I, "b"	36.302.227,75	3,7517%	26,9499%
<b>TOTAL DAS DESONERAÇÕES DO IPVA</b>	<b>134.702.613,46</b>	<b>13,9210%</b>	<b>100,00%</b>

**FONTE:** Secretaria da Fazenda do RS.

Tabela 39 - Estimativa das Desonerações do ITCD

ESTIMATIVA DAS DESONERAÇÕES DO ITCD - DISPOSITIVO LEGAL DA DESONERAÇÃO (Lei 8.821/89)	VALOR NOMINAL 2006	% SOBRE O ITCD POTENCIAL	% SOBRE O TOTAL DAS DESONERAÇÕES DE ITCD
<b>IMUNIDADES:</b>	447.875,83	0,4897%	1,5503%
Lei 8.821/89, art. 5º, inc. I - UNIÃO, ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS	350.472,51	0,3832%	1,2131%
Lei 8.821/89, art. 5º, inc. II - TEMPLOS DE QUALQUER CULTO	18.905,41	0,0207%	0,0654%
Lei 8.821/89, art. 5º, inc. III - PARTIDOS POLÍTICOS, INCLUSIVE SUAS FUNDAÇÕES	1.035,00	0,0011%	0,0036%
Lei 8.821/89, art. 5º, inc. IV - ENTIDADES SINDICAIS, TRABALHADORES, EDUCAÇÃO ...	71.479,41	0,0781%	0,2474%
Lei 8.821/89, art. 5º, inc. V - LIVROS, JORNAIS, PERIÓDICOS E PAPEIS DESTINADOS ...	5.983,50	0,0065%	0,0207%
<b>NÃO-INCIDÊNCIA:</b>	1.204.224,70	1,3166%	4,1683%
Lei 8.821/89, art. 6º, inc. II - RENÚNCIA À HERANÇA OU LEGADO ...	13.590,00	0,0149%	0,0470%
Lei 8.821/89, art. 6º, inc. III - EXTINÇÃO DE USUFRUTO ...	1.089.771,70	1,1914%	3,7722%
Lei 8.821/89, art. 6º, inc. IV - DOAÇÃO C/INCIDÊNCIA DE ICMS	630,00	0,0007%	0,0022%
Lei 8.821/89, art. 6º, inc. V - EXTINÇÃO DE CONDOMÍNIO, ATÉ A COTA PARTE ...	100.233,00	0,1096%	0,3469%
<b>ISENÇÕES:</b>	27.237.791,00	29,7790%	94,2814%
Lei 8.821/89, art. 7º, inc. I - IMÓVEL URBANO DE ATÉ 4.379 UPFs ...	776.428,72	0,8489%	2,6875%
Lei 8.821/89, art. 7º, inc. II - EXTINÇÃO DE USUFRUTO, INSTITUÍDO P/NU-PROPRIETÁRIO	55.272,70	0,0604%	0,1913%



ESTIMATIVA DAS DESONERAÇÕES DO ITCD - DISPOSITIVO LEGAL DA DESONERAÇÃO (Lei 8.821/89)	VALOR NOMINAL 2006	% SOBRE O ITCD POTENCIAL	% SOBRE O TOTAL DAS DESONERAÇÕES DE ITCD
Lei 8.821/89, art. 7º, inc. III - DOAÇÃO À UNIÃO, AO ESTADO RS E SEUS MUNICÍPIOS	73.505,21	0,0804%	0,2544%
Lei 8.821/89, art. 7º, inc. IV - IMÓVEL RURAL, ASSCENDENTE DESCENDENTE ...	571.165,13	0,6245%	1,9770%
Lei 8.821/89, art. 7º, inc. V - DOMÍNIO DIRETO OU NUA-PROPIREDADE	86.740,82	0,0948%	0,3002%
Lei 8.821/89, art. 7º, inc. VI - EXTINÇÃO DE USUFRUTO (OPERAÇÃO JÁ TRIBUTADA)	591.678,87	0,6469%	2,0480%
Lei 8.821/89, art. 7º, inc. VII - DOAÇÃO A TEMPLOS, PART. POLÍTICOS E ENTIDADES SIND.	14.248,80	0,0156%	0,0493%
(*) Lei 8.821/89, art. 7º, inc. IX - SUCESSÃO LEGÍTIMA, QUINHÃO ATÉ 10.509 UPFs	25.068.750,74	27,4076%	86,7734%
(*) - Valor estimado com base em operações constantes do sistema ITC (entre jan-jul/07)			
<b>TOTAL DAS DESONERAÇÕES DO ITCD</b>		<b>31,5853%</b>	<b>100,00%</b>

FONTE: Secretaria da Fazenda do RS.

## 4 DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2008

A Proposta do Projeto de Lei do Orçamento do Estado do Rio Grande do Sul para 2008, ora levada à apreciação da Egrégia Assembléia Legislativa, foi montada com base nas previsões constantes do “Plano Plurianual 2008-2011” e da “LDO 2008”. Em ambas as peças, projetou-se que o crescimento em 5,1% (cinco vírgula um por cento) da economia gaúcha em 2008, um pouco acima do percentual previsto em relação ao desempenho estimado da economia nacional, de 5,0%.

### 4.1. Estimativa da Receita Pública para 2008

A projeção da receita para o exercício de 2008, apresentada através da Tabela 40, compreende a receita da Administração Direta com seus principais agregados, assim como a receita própria das Autarquias e Fundações.

Tabela 40 - Estimativa de Receita da Administração Pública Consolidada para 2008 (R\$ 1,00)

RECEITAS ESTIMADAS	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	AUTARQUIAS	FUNDAÇÕES	TOTAL
RECEITAS CORRENTES	17.757.900.316	2.838.858.327	80.190.616	20.676.949.258
RECEITAS DE CAPITAL	577.426.329	6.332.792	35.067.230	618.826.351
<b>RECEITA TOTAL</b>	<b>18.335.326.645</b>	<b>2.845.191.119</b>	<b>115.257.846</b>	<b>21.295.775.610</b>

FONTE: SEPLAG/RS.

A Tabela 41 adiante mostra os principais agregados da receita.

Tabela 41 - Principais Agregados da Estimativa de Receita da Administração Pública Consolidada para 2008 (R\$ 1,00)

AGREGADOS DA RECEITA	VALOR ORÇADO 2007	VALOR ORÇADO 2008	% 2008 / 2007
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>20.144.687.114</b>	<b>20.676.949.258</b>	<b>2,6</b>
1.1 ICMS TOTAL	12.444.759.412	12.916.953.733	3,8
1.2 IPVA TOTAL	887.691.973	968.136.178	9,1
1.3 IMPOSTO DE RENDA NA FONTE	671.077.361	737.146.000	9,8
1.4 CONTRIBUIÇÃO	1.188.875.317	1.152.333.759	-3,1
1.5 PATRIMONIAL	494.459.210	462.882.736	-6,4
1.6 FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DO ESTADO	882.747.125	967.910.000	9,6
1.7 IPI-EXPORTAÇÃO	400.000.000	412.056.000	3,0
1.8 CIDE	135.749.436	130.774.000	-3,7
1.9 COMPENSAÇÃO FINANCEIRA EXPORTAÇÃO	358.299.239	282.644.000	-21,1
1.10 FUNDEB - FUNDO DA EDUCAÇÃO	1.204.461.331	1.846.005.000	53,3
1.11 DE MAIS RECEITAS CORRENTES	1.714.839.047	2.026.442.658	18,2
1.12 RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS	924.000.000	-	-
1.12.1 Compensação de Exportações	390.000.000	-	-
1.12.2 Ressarcimento Manutenção Estradas Federais	534.000.000	-	-
1.13 RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	435.077.398	896.542.977	106,1
1.14 DEDUÇÕES PARA O FUNDO DA EDUCAÇÃO	-1.597.349.735	-2.122.877.783	32,9
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>	<b>533.397.806</b>	<b>618.826.351</b>	<b>16,0</b>
2.1 OPERAÇÕES DE CRÉDITO	54.720.010	300.375.000	448,9
2.2 RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS	305.000.000	-	-
2.2.1 Operações de Crédito	305.000.000	-	-
2.3 DE MAIS RECEITAS DE CAPITAL	173.677.796	318.451.351	83,4
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>20.678.084.920</b>	<b>21.295.775.609</b>	<b>3,0</b>

FONTE: SEPLAG/RS.

Para o ano de 2008, estima-se a Receita Corrente de R\$ 20,7 bilhões contra R\$ 20,1 bilhões de 2007. Quanto ao ICMS Total, principal tributo estadual, estima-se para 2008 uma arrecadação total, incluindo Multas e Dívida Ativa, de R\$ 12,917 bilhões. Esse montante é 3,8 % superior ao estimado para 2007, de R\$ 12,445 bilhões. Para as Receitas de Capital, a Proposta Orçamentária estima um montante total de R\$ 619 milhões.

#### 4.2 Fixação da Despesa Pública para 2008

A estimativa para fixação da despesa da Administração Pública Consolidada para o ano de 2008 é de R\$ 22,6 bilhões, distribuída conforme a Tabela 42.

Tabela 42 - Estimativa da Despesa da Administração Pública Consolidada para 2008 (R\$ 1,00)

DESPESAS ESTIMADAS	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	AUTARQUIAS	FUNDAÇÕES	TOTAL
DESPESAS CORRENTES	16.583.605.741	2.702.487.976	447.013.062	19.733.106.779
DESPESAS DE CAPITAL	2.365.691.045	271.655.186	52.785.296	2.690.131.527
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	150.000.000	-	-	150.000.000
<b>DESPESA TOTAL</b>	<b>19.099.296.786</b>	<b>2.974.143.162</b>	<b>499.798.358</b>	<b>22.573.238.306</b>

FONTE: SEPLAG RS

A Tabela 43 mostra os principais agregados da despesa.

Tabela 43 - Principais Agregados da Despesa da Administração Pública Consolidada para 2008 (R\$ 1,00)

AGREGADOS DA DESPESA	VALOR ORÇADO PARA 2008
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.499.191.347
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.911.081.831
MANUTENÇÃO E CUSTEIO	4.043.572.287
TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS A MINICIPIOS	3.867.509.544
SERVIÇO DA DÍVIDA (JUROS E ENCARGOS E AMORTIZAÇÃO)	2.022.664.366
INVESTIMENTOS AMPLOS (INVESTIMENTOS E INVERSÕES FINANCEIRAS)	990.300.762
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	150.000.000
<b>DESPESA TOTAL</b>	<b>22.573.238.306</b>

FONTE: SEPLAG RS



Prevê-se para 2008, um gasto total de R\$ 22,6 bilhões, 9,2% maior do que o previsto para a proposta orçamentária de 2007, de R\$ 20,7 bilhões. A previsão das despesas com **Pessoal e Encargos Sociais** é de R\$ 11,499 bilhões. O gasto total previsto com **Outras Despesas Correntes** alcança R\$ 7,911 bilhões, montante inferior em 1% a despesa fixada no orçamento de 2007, de R\$ 7,990 bilhões. Destacam-se as **Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios**, que alcançam o montante de R\$ 3,868 bilhões. Os **Investimentos** e as **Inversões Financeiras**, de R\$ 990 milhões representam. O **Serviço da Dívida** toma R\$ 2,023 bilhões do orçamento.



## 5 DA DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA ENTRE AS ÁREAS GOVERNAMENTAIS

A Tabela 44 retrata a distribuição da despesa entre as diversas áreas do Estado do Rio Grande do Sul. Essa distribuição que, descontadas as dotações destinadas à cobertura dos Encargos Financeiros do Estado, do Fundo de Reserva de contingência e das Despesas dos Outros Poderes do Estado, abrange 49,2% da despesa orçamentária. Observe-se, igualmente, que do total do orçamento os Encargos Financeiros absorvem 38,4% (R\$ 8,7 bilhões), a Reserva de Contingência 0,7% (R\$ 150 milhões) e os demais Poderes e Órgãos 11,7% (R\$2,65 bilhões).

Evidencia que a área de Infra-Estrutura receberá 7,1% do total de recursos destinados as quatro áreas da administração pública, totalizando R\$ 788 milhões. A área Econômica deverá contar com 4,1% das dotações, equivalentes a R\$ 456 milhões, enquanto a área Administrativa absorverá R\$ 1,055 bilhão, equivalente a 9,5% do montante global. Por fim, à área de Social caberá R\$ 8,806 bilhões, o que equivale a 79,3% do total a ser distribuído entre as quatro áreas. Essa participação relativa atesta o empenho do Governo Estadual em garantir os gastos com a área social.

Tabela 44 - Distribuição da Despesa do Orçamento de 2008 entre as Áreas da Administração Direta e Indireta

ÁREAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	DOTAÇÃO ALOCADA EXERCÍCIO 2008	% SOBRE TOTAL DAS ÁREAS	% SOBRE O TOTAL
INFRA-ESTRUTURA	788.466.490	7,1	3,5
ECONÔMICA	456.074.613	4,1	2,0
ADMINISTRATIVA	1.055.387.420	9,5	4,7
SOCIAL	8.805.539.268	79,3	39,0
<b>SUBTOTAL</b>	<b>11.105.467.791</b>	<b>100,0</b>	<b>49,2</b>
ENCARGOS FINANCEIROS	8.668.345.968	-	38,4
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	150.000.000	-	0,7
OUTROS PODERES	2.649.424.547	-	11,7
<b>TOTAL DO ORÇAMENTO</b>	<b>22.573.238.306</b>	<b>-</b>	<b>100,0</b>

FONTE: SEPLAG RS

## 6 DA CONSULTA POPULAR

A Consulta Popular realizada anualmente é o ponto culminante do processo previsto na legislação estadual, que dispõe sobre a consulta direta à população quanto à destinação de parcela do orçamento do Estado do Rio Grande do Sul voltada a investimentos e a serviços de interesse regional. O Governo atual manteve o processo, considerando-o como um ativo institucional construído pela sociedade gaúcha, preservando, com isso, a participação social e cidadã na definição locacional dos investimentos e serviços prioritários de cada região.

A manutenção do instrumento, utilizado pela primeira vez em 1998, consolida a posição de vanguarda do Rio Grande do Sul no que diz respeito aos instrumentos de participação popular na elaboração do orçamento público. Além de ser um mecanismo de fortalecimento e aprimoramento da democracia, a Consulta Popular tem como objetivo a redução dos desequilíbrios regionais, eis que as regiões com menores índices de desenvolvimento fazem jus a um maior montante de recursos por habitante, com base na ponderação estabelecida pelo Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) calculado pela Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE/RS).

A coordenação da Consulta Popular é feita por uma Comissão Geral designada pela Governadora do Estado e composta por representantes do Poder Executivo e das entidades parceiras do processo: Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES), Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS), Associação Gaúcha Municipalista (AGM) e União de Vereadores do Estado do Rio Grande do Sul (UVERGS). A organização do processo em cada uma das regiões compete ao Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) e aos seus respectivos Conselhos Municipais de Desenvolvimento (COMUDES).

Neste ano, a partir de uma reavaliação de sua metodologia, o processo trouxe várias mudanças qualitativas, enfatizando a importância e a articulação regional dos projetos a serem votados, reservando R\$ 40 milhões para investimentos e serviços, distribuídos proporcionalmente a cada um dos 26 COREDES, tomando por parâmetros a população e o IDESE. No total, 369.417 eleitores participaram da votação deste ano, distribuídos pelas 26 regiões participantes, e ajudaram a eleger demandas em diversas áreas como saúde, segurança pública e agricultura, que obtiveram a maior participação proporcional na distribuição final dos recursos, conforme se mostra na Tabela 45 adiante.

Além da parcela definida pela votação deste ano, está prevista na Proposta da Lei Orçamentária de 2008 a utilização da Reserva de Contingência para suprir a suplementação de parcela das demandas ainda não executadas, definidas em processos anteriores, conforme autorização contida na Lei nº 12.750, de 20 de julho de 2007, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da lei orçamentária de 2008.

Tabela 45 - Distribuição dos Recursos da Consulta Popular por COREDE e por Órgão (R\$ milhares)

COREDE	SES	SSP	SEAPA	METROPLAN	SE	SCT	SEHADUR	SEDAI	SEMA	SJDS	SEIUMA	SETUR	DAER	FUNDERGS	FAPERGS	FEPAGRO	TOTAL
Alto da Serra do Botucaraí	173	90					517										780
Alto Jacuí	56	211	57		97		99		104	56							681
Campanha	660	204	20				25							69			978
Campos de Cima da Serra	350	131			63												544
Central			900			454		500									1.854
Centro Sul	550	100	250		261			100									1.261
Fronteira Noroeste	400		300		150		72					5					927
Fronteira Oeste	1.000		66		534			400									2.000
Hortênsias	523	270															793
Jacuí Centro	149	166	270		133		75							80			873
Litoral	442	748							38					120			1.347
Médio Alto Uruguai					80	42	860										982
Metrop. Delta do Jacuí	1.500	1.977		2.208						297							5.982
Missões	500		561														1.061
Nordeste	200	90	471														761
Noroeste Colonial	550	630	264														1.444
Norte	280	225			150								303				958
Paranhana		450				80		96	200	305		80					1.211
Produção	390	327	500			100									45		1.362
Rio da Várzea	200	90	240		239				44								813
Serra	1.500	706															2.206
Sul	1.014	380	83	525	856						600					39	3.497
Vale do Caí						620						297					917
Vale do Rio dos Sinos	1.673	1.305							378								3.355
Vale do Rio Pardo	1.570		91	500													2.161
Vale do Taquari		395			390	397			40	30							1.252
Total por Órgão	13.679	8.495	4.072	3.233	2.954	1.694	1.648	1.096	803	688	600	382	303	269	45	39	40.000
% sobre valor total	34,2	21,2	10,2	8,1	7,4	4,2	4,1	2,7	2,0	1,7	1,5	1,0	0,8	0,7	0,1	0,1	100,0

FONTE: SRI e SEPLAG